

Avaliação Comparativa de Impostos sobre Cigarros da

Economics for Health
4ª Edição



Citação sugerida: Drope, J., Oo, S., Dorokhina, M, Guerrero-López, C., Rodríguez-Iglesias G., Mugosa, A., Bontu, A., Malik, S., Villacres, T. & Chaloupka, F. (2025). Avaliação Comparativa de Impostos sobre Cigarros da *Economics for Health* (4ª Edição). Baltimore, MD: Escola Johns Hopkins Bloomberg de Saúde Pública. www.economicsforhealth.org.

Autores: Este relatório foi escrito pela equipe da *Economics for Health*: Jeff Drope, PhD; Saw Min Thu Oo, MSc; Margaret Dorokhina, MPH; Carlos Guerrero, MSc; Germán Rodríguez-Iglesias, MSc; Ana Mugosa, PhD; Anita Bontu, MPH; Sehr Malik, MHS; Tatiana Villacres, PhD; e Frank Chaloupka, PhD.

Sobre a *Economics for Health*: A *Economics for Health* (antiga *Tobacconomics*) é uma colaboração entre pesquisadores de ponta que estudam a economia de produtos prejudiciais à saúde, com grande ênfase em políticas de controle do tabaco, há mais de 30 anos. Fundada pelo professor Frank Chaloupka, da Universidade de Illinois, Chicago, a equipe se dedica a ajudar pesquisadores, ativistas e formuladores de políticas a terem acesso as melhores e mais recentes pesquisas sobre o que funciona – ou não – na redução do consumo de produtos não saudáveis e os impactos econômicos associados. Naturalmente, usar a tributação como ferramenta de saúde pública e fiscal é um dos focos centrais do trabalho da equipe. Sendo um programa com base na Escola Bloomberg de Saúde Pública da Universidade Johns Hopkins (JHU), a *Economics for Health* não tem ligação com nenhum fabricante de tabaco ou álcool. Visite www.economicsforhealth.org ou siga-nos no X em www.x.com/EconforHealth.

Este documento foi financiado pela Bloomberg Philanthropies. A Universidade Johns Hopkins é parceira da Iniciativa Bloomberg para Redução do Uso do Tabaco. As opiniões expressas neste documento não podem ser atribuídas nem representam as opiniões da JHU, da Escola Bloomberg de Saúde Pública ou da Bloomberg Philanthropies.

Se tiver quaisquer comentários ou perguntas sobre este documento, escreva um e-mail para info@economicsforhealth.org. Adorariamos ouvir você.

Direitos autorais ©2025 *Economics for Health*. Todos os direitos reservados.

Design da Capa: Estúdio Wonderwerk

Design Interno e Formatação: Alamini Creative Group

Edição: Alison C. Goldstein, MPH

Agradecimentos

Os autores gostariam de agradecer a Itziar Belausteguigoitia, Johanna Birckmayer, Rajeev Cherukupalli, e Anne-Marie Perucic por sua ajuda na obtenção de dados e/ou contribuições valiosas. Gostaríamos de agradecer também a Erika Siu, Violeta Vulovic, Mareda Lewer, e Maryam Mirza por seu trabalho em edições anteriores, que subsidiam esta.

Dedicatória

Esta edição é dedicada à nossa amiga e colaboradora Hye Myung Lee, que foi uma pessoa extraordinária e uma parte fundamental da equipe da *Economics for Health*. O mundo está mais vazio e menos brilhante sem ela.

Sumário

Prefácio	5
Resumo Executivo	8
O que há de novo nesta quarta edição da Avaliação Comparativa?	10
I. Introdução	12
II. Avaliação Comparativa de Impostos sobre Cigarro - Pontuação Geral	16
III. Preço do cigarro	22
IV. Mudança na Acessibilidade do Cigarro	25
V. Alíquota Tributária	29
VI. Estrutura do Imposto Seletivo	33
VII. Limitações	37
VIII. Conclusão	39
Referências	40
Apêndices	42

Lista de Figuras

Figura 1. Pontuação geral de impostos sobre cigarros, 2024	17
Figura 2. Mudanças na pontuação geral dos países, 2014–2024	21
Figura 3. Pontuação de preços de cigarros, 2024	23
Figura 4. Mudanças na pontuação geral dos países, 2014–2024	24
Figura 5. Pontuação das mudanças de acessibilidade, 2024	26
Figura 6. Mudanças na pontuação das mudanças de acessibilidade dos países, 2014–2024	28
Figura 7. Pontuação das alíquotas tributárias, 2024	30
Figura 8. Mudanças nas pontuações das alíquotas tributárias dos países, 2014–2024	32
Figura 9. Pontuação das estruturas tributárias, 2024	34
Figura 10. Mudanças na pontuação das estruturas tributárias dos países, 2014–2024	36

Lista de Tabelas

Tabela 1. Pontuação geral de impostos sobre cigarros, 2024	18
Tabela 2. Pontuação geral de impostos sobre cigarros, em âmbito global e por região da OMS, 2024	20
Tabela 3. Pontuação geral de impostos sobre cigarros, no âmbito global e por grupo de renda do Banco Mundial, 2024	20
Tabela 4. Preço médio do cigarro (Intl\$ PPC) e pontuação média do preço, no âmbito global e por região da OMS, 2024	23
Tabela 5. Preço médio do cigarro (Intl\$ PPC) e pontuação média do preço, no âmbito global e por grupo de renda do Banco Mundial, 2024	24
Tabela 6. Mudança média anual de acessibilidade de cigarros e pontuação de mudanças de acessibilidade, no âmbito global e por região da OMS, 2024	27
Tabela 7. Mudança média anual de acessibilidade de cigarros e pontuação de mudanças de acessibilidade, no âmbito global e por grupo de renda do Banco Mundial, 2024	27
Tabela 8. Média total de alíquotas tributárias, alíquotas do imposto seletivo e pontuação da alíquota tributária, no âmbito global e por região da OMS, 2024	30
Tabela 9. Média total de alíquotas tributárias, alíquotas do imposto seletivo e pontuação de alíquotas tributárias no âmbito global e por grupo de renda do Banco Mundial, 2024	31
Tabela 10. Pontuação média da estrutura tributária, no âmbito global e por região da OMS, 2024	35
Tabela 11. Pontuação média da estrutura tributária, no âmbito global e por grupo de renda do Banco Mundial, 2024	35
Tabela 1 do Apêndice. Classificação geral das pontuações de impostos sobre cigarros, 2024	42
Tabela 2 do Apêndice. Pontuação geral e componentes dos impostos sobre cigarros por país, 2024	45
Tabela 3 do Apêndice. Pontuação geral de impostos sobre cigarros por país: 2014, 2016, 2018, 2020, 2022 e 2024	51
Tabela 4 do Apêndice. Atualizações de pontuação de 2022	57

Prefácio



Com o aumento da carga global de doenças evitáveis e a menor previsibilidade de ajuda externa, os países de baixa e média renda (PBMR) enfrentam uma necessidade urgente de fontes domésticas sustentáveis de financiamento da saúde. Impostos sobre o tabaco oferecem uma solução comprovada que, ao dissuadir o seu consumo nocivo, reduz os riscos de doenças potencialmente fatais, ao mesmo tempo em que gera receitas que podem fortalecer os sistemas de saúde. Evidências demonstram que impostos seletivos bem estruturados levam a preços mais altos para o consumidor, o que reduz o uso de tabaco e evita a iniciação entre os jovens, tornando-os uma ferramenta crucial na promoção da saúde pública.

Para os países de baixa e média renda, esses impostos são especialmente importantes. Eles fornecem uma fonte confiável de financiamento, permitindo que os países invistam em programas que promovam a equidade e a resiliência em saúde. Para maximizar seu impacto, os impostos sobre o tabaco devem ser altos o suficiente para aumentar substancialmente os preços no varejo, ajustados regularmente pela inflação e pelo crescimento da renda real e implementados por meio de estruturas simples e uniformes, em vez de sistemas progressivos que permitem a permanência de produtos mais baratos no mercado. Essas abordagens garantem que os produtos de tabaco não se tornem mais acessíveis com o tempo, protegendo tanto a redução do consumo quanto os benefícios para a saúde a longo prazo.

A Avaliação Comparativa de Impostos sobre Cigarros da *Economics for Health* (4ª edição) é um recurso inestimável para apoiar governos na implementação dessas boas práticas. Ela fornece parâmetros de referência claros e comparáveis entre os países ao longo do tempo, destaca áreas fortes e identifica oportunidades para melhorar as políticas existentes. Principalmente, a Avaliação Comparativa demonstra inequivocamente como a tributação eficaz do tabaco produz resultados decisivos em termos fiscais e em saúde pública, ao mesmo tempo em que promove a soberania em saúde e constrói sistemas de saúde mais robustos.

Com o cenário de saúde global em constante mudança, impostos sobre o tabaco oferecem aos países um caminho comprovado para o financiamento sustentável da saúde, enquanto abordam o crescente fardo global de doenças evitáveis.

Dra. Mary-Ann Etiebet

Presidente e Diretora Executiva
Vital Strategies



Prefácio

É um prazer dar as boas-vindas à mais nova (4ª) edição da Avaliação Comparativa de Impostos sobre Cigarros da *Economics for Health*. Assim como nas edições anteriores, o documento apresenta uma avaliação pontual da tributação do tabaco a nível nacional, regional e global. Além disso, a pontuação multicomponente fornece aos governos uma visão clara de onde eles estão tendo um bom desempenho e o que precisam fazer para avançar. Esta edição chega em um momento crítico, em que os governos têm buscado medidas que promovam a saúde pública e fortaleçam os sistemas fiscais.

Para começar, as evidências demonstram que os cigarros continuam sendo muito acessíveis na maioria dos países. Basicamente, o preço de um maço de cigarros ainda é muito baixo para a maioria dos consumidores. Essa acessibilidade contribui para o persistente número global de cerca de um bilhão de fumantes e milhões de jovens que iniciam o hábito a cada ano. Muitos governos ainda subutilizam a tributação específica sobre o tabaco — um instrumento excepcionalmente poderoso que melhora a saúde e, ao mesmo tempo, gera receitas substanciais e constantes. Essa falha é especialmente notável em um momento em que o espaço fiscal permanece apertado em todo o mundo; o FMI e o Banco Mundial observam que muitos governos não reconstruíram totalmente as receitas, ou as reservas fiscais perdidas, durante a pandemia de COVID-19, com a dívida pública elevada e uma recuperação desigual entre as regiões. A tributação do tabaco destaca-se, portanto, como uma oportunidade ainda não explorada: uma política que aumenta a arrecadação e reduz doenças. Além disso, como é uma ferramenta que aborda uma importante questão de saúde pública, ela não só é politicamente viável, mas também popular quando comunicada corretamente. Aumentos sucessivos de impostos bem acima da inflação e do crescimento econômico são necessários para se obter um progresso mais tangível.

Em segundo lugar, muitos países continuam a apresentar estruturas falhas de impostos seletivos. No início da década de 2010, as Filipinas abandonaram sua estrutura tributária progressiva, que era a base da disponibilidade de cigarros baratos, de modo que, mesmo com o aumento dos impostos, os consumidores ainda conseguiam encontrar facilmente marcas acessíveis. A combinação da rápida adoção de um imposto seletivo uniforme com alíquotas altas, que também aumentavam com o tempo, contribuiu para uma queda drástica no consumo e bilhões de pesos em novas receitas tributárias na década seguinte. Igualmente importante, a destinação de parte dessas receitas para um seguro saúde universal e programas de apoio aos produtores de tabaco ajudou a demonstrar benefícios tangíveis ao público, reduzindo a resistência à reforma. Nas Filipinas, essa ligação visível entre receita e ganhos sociais foi fundamental para construir uma ampla coalizão de apoio, que garantiu a manutenção de várias reformas adicionais do imposto seletivo durante a administração seguinte. A lição é clara: quando os cidadãos conseguem ver e sentir o impacto da reforma, a sustentabilidade do apoio político se fortalece.

É surpreendente constatar que existem dezenas de países que mantêm estruturas progressivas, e dezenas de outros que dependem de sistemas ineficazes baseados exclusivamente em impostos ad valorem ou impostos



seletivos muito baixos ou não ajustados regularmente. Racionalizar e unificar a estrutura do imposto seletivo continua sendo uma das políticas mais eficazes para ampliar o espaço fiscal em condições restritas. Sem uma reforma estrutural, as marcas baratas permanecem no mercado, os consumidores continuam fumando e os jovens continuam experimentando o cigarro. Os resultados da Avaliação Comparativa mostram que o problema não é a falta de conhecimento, mas sim a falta de alinhamento entre a estrutura tributária e os objetivos fiscais e de saúde.

Nem sempre é óbvio, mas a causa principal dessas lacunas nas políticas públicas costuma ser a forte interferência da indústria do tabaco. Existe também um profundo desconhecimento sobre o que acontece quando os impostos aumentam — o fato de que impostos mais altos reduzem o consumo e aumentam as receitas é uma realidade empírica — ou uma relutância política em confrontar uma indústria que se beneficia do status quo.

Críticos argumentam frequentemente que impostos sobre o tabaco são regressivos, ou que é contraditório alegar sucesso na redução do tabagismo, e ao mesmo tempo celebrar o aumento da arrecadação. Na verdade, não há contradição: as receitas aumentam principalmente porque as alíquotas tributárias aumentam, e não porque os pobres fumam mais; e, à medida que o tabagismo diminui com o tempo, os benefícios para a saúde e a economia das famílias de baixa renda — que sofrem de forma desproporcionalmente maior com doenças relacionadas ao tabaco — superam em muito o ônus tributário de curto prazo. Impostos sobre o tabaco bem concebidos são, portanto, progressivos em seu impacto e coerentes em sua finalidade: eles geram receita e melhoram a saúde da população, em especial a dos mais vulneráveis. Em um mundo onde muitos governos têm dificuldades até mesmo para atender às necessidades básicas de suas populações, essas oportunidades perdidas têm consequências trágicas.

Incentivo veementemente os formuladores de políticas e líderes a utilizarem esta Avaliação Comparativa, não como um julgamento sobre o seu país, mas como uma ferramenta prática para identificar lacunas, compreender onde melhorias são necessárias e traçar um caminho rumo a uma reforma mais inteligente. Os benefícios de uma sociedade mais saudável e economicamente mais produtiva compensam o esforço. As evidências são claras, as soluções comprovadas e os benefícios — para os sistemas de saúde, orçamentos governamentais e gerações futuras — são significativos demais para serem ignorados.

Cesar Purisima

Secretário da Fazenda das Filipinas (2005, 2010-2016)

Membro Sênior Global do Instituto Milken

Sócio fundador, Ikhlas Capital



Resumo Executivo



Várias evidências e experiências em diversos países confirmam que o aumento dos impostos sobre o tabaco, o álcool e as bebidas açucaradas – principais fatores de risco para a maioria das doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) – reduz o consumo, salva vidas e, em geral, gera novas receitas fiscais.

Apesar dessas fortes evidências, os impostos saudáveis continuam sendo uma ferramenta subutilizada para melhorar a saúde em todas as regiões. Vale ressaltar que houve pouco interesse em melhorar esses impostos durante a pandemia de COVID-19. Especulou-se que a maioria dos governos estava simplesmente sobrecarregada por múltiplas pressões, a ponto de não ter tempo para considerar reformas tributárias. A situação dos impostos saudáveis, no entanto, não melhorou muito depois que as crises econômicas relacionadas à pandemia diminuíram. Em 2024-25, uma nova onda de pressões surgiu devido a cortes substanciais na ajuda externa, especialmente no setor da saúde, levando muitos governos a novas dificuldades fiscais. Só o tempo dirá se os países finalmente tomarão medidas para colher os benefícios dos impostos saudáveis e, assim, ajudar a enfrentar esses desafios.

Esta é a quarta edição da Avaliação Comparativa de Imposto sobre Cigarros, que, como o próprio nome indica, analisa impostos sobre cigarros, documentando a tributação em nível global. A terceira edição, lançada em 2024 (com base em dados coletados em 2022), mostrou um modesto retrocesso nos impostos sobre o tabaco em muitos países, e a pontuação média em nível global diminuiu. A principal notícia desta quarta edição da Avaliação Comparativa é que a média geral mudou muito pouco. Os dados mostram que a pontuação média global do imposto sobre cigarros foi de 2,02 de 5,00 em 2022, e de 2,01 com base em dados de 2024. Esta edição, porém, traz alguns sinais positivos, com um número crescente de países começando a implementar as reformas necessárias.

Analisando a série histórica, vemos que a pontuação média foi de 1,90 em 2014, o primeiro ano em que houve dados suficientes para calcular as pontuações em um grande número de países. Então, a pontuação média teve um pico de 2,24 em 2020. As duas últimas edições mostram uma queda, mas que não chegou até a pontuação baixa de 2014.

Um dos resultados mais preocupantes em 2024, como em 2022, foi o número de países onde a acessibilidade dos cigarros não mudou, ou pior, onde esses produtos estão cada vez mais acessíveis. Em resumo, a maioria dos governos não estabelece impostos sobre cigarros altos o suficiente, e ainda existem alguns que não utilizam esse tipo de tributação.

Já aumentos de preços em todas as regiões – outro resultado desta edição – podem trazer uma pequena dose adicional de otimismo. Em geral, preços mais altos são positivos, pois os consumidores diminuem o consumo, ou até mesmo deixam de comprar. Mas é importante frisar que, em muitos países, esses preços mais altos não são resultado de aumentos de impostos, mas sim feitos por empresas de tabaco, que buscam obter maiores lucros. Isso representa uma oportunidade perdida para os governos obterem mais receitas com o aumento dos preços, e essa receita é extremamente necessária em muitos países para suprir as lacunas no financiamento da saúde e outras necessidades críticas.

Resumidamente, muitos países não estão progredindo de forma suficiente para lidar com o tabagismo, a principal causa de morte evitável no mundo, embora a ferramenta mais eficaz – o aumento dos impostos sobre cigarros – pudesse salvar milhões de vidas e gerar bilhões de dólares em novas receitas governamentais. Essas receitas poderiam ser facilmente alocadas para políticas de saúde e outras medidas que promovam a prosperidade, ampliando os efeitos positivos desses impostos.

Histórico

Pesquisas demonstraram que a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) da Organização Mundial da Saúde (OMS) – tratado que serve como base para o controle do tabaco em âmbito global – ajudou a reduzir a prevalência global do tabagismo, em especial ao diminuir a iniciação entre os jovens (Paraje et al., 2024). O tratado promove um conjunto de medidas baseadas em evidências, e o Artigo 6 é o pilar que demanda que as Partes utilizem medidas fiscais e de preços para reduzir a procura por produtos de tabaco, em especial entre os jovens, para evitar a iniciação (OMS, 2003). As Diretrizes do Artigo 6, desenvolvidas e adotadas pela Conferência das Partes (COP) da CQCT, baseiam-se em evidências e incluem boas práticas e experiências de países com a implementação de medidas fiscais e de preço para reduzir o consumo de tabaco (OMS, 2014). Evidências mostram inequivocamente que, quando os países aumentam os impostos sobre o tabaco, o consumo diminui (Ngo et al., 2023). Os impostos sobre o tabaco também são classificados pela OMS como uma medida de “melhor custo-benefício”, o que significa que estão entre as medidas mais eficazes em termos de custo para reduzir o consumo de tabaco. As evidências mais recentes mostram um retorno sobre o investimento de US\$ 435 para cada US\$ 1 investido em impostos sobre o tabaco em nível global (Secretariado da CQCT, 2023).

De acordo com o último relatório global sobre o controle do tabaco da OMS, aproximadamente 1,2 bilhão de pessoas vivem em países que cumprem com o valor de referência mínimo da OMS para a tributação do tabaco, em que a alíquota tributária corresponde a mais de 75% do preço total de varejo (OMS, 2025). Isso representa cerca de 15% da população mundial, enquanto os demais, mais de sete bilhões de pessoas, vivem em países onde os impostos sobre o tabaco não atingem o seu potencial de salvar vidas e gerar novas receitas fiscais. Este fracasso generalizado em cumprir o valor de referência mínimo da OMS representa uma oportunidade perdida significativa para alcançar todo o potencial do primeiro tratado de saúde pública do mundo para reduzir o consumo de tabaco. Existe uma clara disparidade entre o que os países concordaram em fazer e o que de fato implementaram. Os argumentos técnicos para esta intervenção estão extremamente bem documentados, mas a falta de vontade política entre os governos e outras partes interessadas importantes permanecem sendo os maiores obstáculos. Em termos simples, a falha em abordar adequadamente a epidemia do tabaco custará centenas de milhões de vidas nas próximas décadas (Dai et al., 2022) e representará bilhões de dólares desperdiçados em perda de produtividade e custos evitáveis com assistência médica (Nargis et al., 2025).

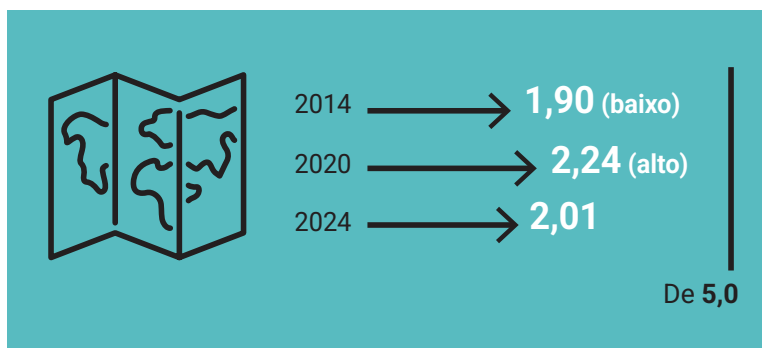
A economia global tem sido imprevisível nos últimos cinco anos. Em 2020, ela contraiu em mais de 3% devido à pandemia da COVID-19, mas se recuperou em pouco mais de 6% em 2021, continuando a crescer pouco acima dos 3% em 2022, 2023 e 2024 (FMI, 2024). Ao longo desse período instável, as quatro maiores empresas multinacionais de tabaco continuaram a registrar lucros consistentemente elevados (Lane, 2024). Embora o número absoluto de cigarros vendidos pareça estar caindo (Ali et al., 2025), em geral, a indústria do tabaco manteve ou aumentou os lucros por meio do aumento dos preços dos cigarros, exceto e mais notavelmente em países de baixa renda, onde a indústria procura expandir seu mercado (Ali et al., 2025), com óbvias implicações negativas para a equidade na saúde global.

Desde 2024, muitos países doadores reduziram a ajuda que oferecem aos países de baixa renda, e vários governos dependiam amplamente dessa assistência para seus orçamentos básicos, incluindo para a área da saúde. Esses fundos se esgotaram ou foram drasticamente reduzidos, e os países têm lutado para compensar a diferença. Grande parte dessas perdas poderia ser compensada pelo aumento dos impostos sobre produtos prejudiciais à saúde, como tabaco, álcool e bebidas açucaradas. Conforme mencionado acima, as empresas de tabaco claramente percebem que há muito espaço para aumentar os preços, e estão fazendo isso em todo o mundo, obtendo maiores lucros como resultado.

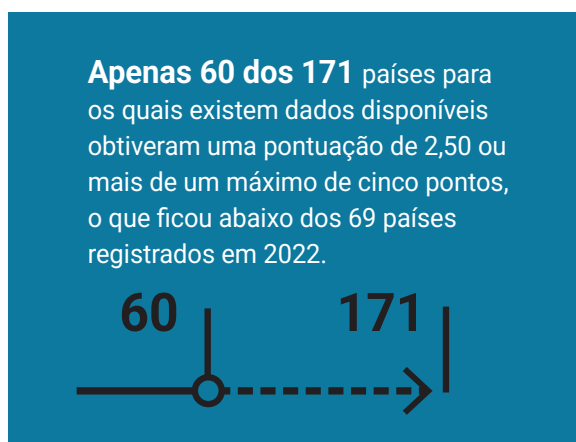
O contexto atual apresenta uma oportunidade para ações urgentes. Em vez de permitir que as empresas obtenham lucros adicionais por meio dos seus próprios aumentos de preços e onerem consideravelmente os sistemas públicos de saúde, os governos deveriam incentivar o aumento no preço do cigarro por meio da elevação substancial e regular dos impostos sobre o tabaco. Essas receitas fiscais adicionais poderiam, então, ser utilizadas para enfrentar os desafios econômicos e de saúde do presente e do futuro.

O que há de novo nesta quarta edição da Avaliação Comparativa?

Esta quarta edição da Avaliação Comparativa mostra que muitos países continuam a relutar em melhorar a tributação do tabaco e que as pontuações médias gerais estagnaram. De 2014 a 2020, a pontuação média global aumentou modestamente, de 1,90 (de 5,00) para 2,24, mas em 2022 caiu para 2,02, e permaneceu estável em 2024, chegando a 2,01.



Pelo lado positivo, as pontuações gerais melhoraram em 54 países de 2022 a 2024 (um aumento em comparação aos 29 registrados entre 2020 e 2022). Além disso, as pontuações pioraram em 44 países entre 2022 e 2024, uma redução em relação aos 66 registrados entre 2020 e 2022. Por fim, a pontuação geral permaneceu a mesma em 62 países, de 2022 a 2024, em comparação com 65 de 2020 a 2022.



Apenas 60 dos 171 países para os quais existem dados disponíveis obtiveram uma pontuação de 2,50 ou mais de um máximo de cinco pontos, o que ficou abaixo dos 69 países registrados em 2022.

Desde a última edição da Avaliação Comparativa, as pontuações médias gerais diminuíram de 2022 para 2024 nas regiões da África e do Pacífico Ocidental, permaneceram as mesmas na região do Mediterrâneo Oriental e aumentaram apenas ligeiramente nas demais. A pontuação média dos países de renda média-baixa apresentou uma ligeira melhora de 0,04 pontos, se manteve inalterada no grupo de países de renda média-alta, e diminuiu nos outros dois grupos, principalmente no grupo de países de baixa renda (-0,33).

Esta edição continua a utilizar os mesmos critérios de pontuação, atribuindo aos países uma pontuação de 0 a 5 – sendo 5,00 a melhor possível – em cada um dos quatro componentes, que são: preço do cigarro, mudança na acessibilidade do cigarro, alíquota tributária e estrutura do imposto seletivo. A média das pontuações desses quatro componentes é então calculada para gerar a pontuação geral de cada país.

Além das tendências gerais destacadas acima, as pontuações médias dos componentes também revelam que:



Os preços dos cigarros aumentaram em média em todas as regiões nesta edição, após terem diminuído em muitos países na edição anterior (terceira). As evidências mostram claramente que os preços estão subindo na maioria dos países e que o aumento global é estatisticamente significativo. Em alguns países, isso é resultado direto do aumento de impostos, enquanto em muitos outros é a indústria do tabaco que busca obter mais lucros. Não há nenhuma razão para que os governos não possam ser os destinatários dessas receitas. A indústria do tabaco vê claramente o que alguns governos não conseguem enxergar: existe um enorme potencial para aumentar impostos/preços e, conseqüentemente, a arrecadação de receitas.



Em média, os cigarros ficaram mais acessíveis em todas as regiões, exceto em uma (Mediterrâneo Oriental). Mesmo quando os governos aumentam os impostos, o aumento na acessibilidade aos cigarros indica que eles não estão levando em consideração o contexto macroeconômico de seus países, e não aumentam os impostos o suficiente para superar a inflação e o crescimento da renda real.



Mesmo com uma tendência discreta de aumento, a pontuação da estrutura tributária quase não mudou nas quatro edições da Avaliação Comparativa. Embora vários países tenham revisto estruturas problemáticas, muitos governos ainda mantêm sistemas complexos e/ou dependem apenas de impostos ad valorem, sendo que ambos permitem a venda de marcas muito baratas, o que prejudica enormemente qualquer aumento de impostos e a saúde pública. Existem também países que até possuem impostos seletivos uniformes em vigor, mas eles não são ajustados nem mesmo pela inflação, e o efeito se dissipa rapidamente.

Em 2024, apenas dois países – o Reino Unido e a Finlândia – obtiveram quatro pontos ou mais de cinco. Nenhum deles havia feito mais de quatro pontos na edição anterior. Em 2022, ninguém recebeu uma pontuação de quatro ou mais, mas quatro países (Austrália, Canadá, Equador e Nova Zelândia) haviam obtido quatro ou mais pontos em 2020. Nesta edição, todos esses quatro países continuam com uma pontuação abaixo de quatro, quase que exclusivamente devido a quedas em suas pontuações de acessibilidade. Nos últimos quatro anos, esses e muitos outros governos não conseguiram manter um ritmo de aumentos de impostos suficiente para deixar os cigarros menos acessíveis.

Dados mais recentes mostram que o progresso global na tributação do tabaco é, na melhor das hipóteses, desigual, e, na pior, muito decepcionante. Muitos países ainda não conseguem empregar os impostos sobre o tabaco como instrumento de saúde pública. O Artigo 6 da CQCT deixa claro o consenso quase global de que os impostos sobre o tabaco devem ir além da simples geração de receita – eles precisam aumentar o preço dos produtos de tabaco para que eles sejam menos acessíveis e, em última análise, reduzir o consumo a nível mundial. Mais de duas décadas desde a adoção da CQCT, ainda permanecem desafios em relação aos compromissos dos países para aumentar os impostos seletivos dos produtos de tabaco. Esperamos que esta quarta edição da Avaliação Comparativa de Impostos Sobre Cigarros da *Economics for Health* motive as Partes da CQCT a reforçarem seu compromisso com o Artigo 6 e com a tributação do tabaco como uma ferramenta de saúde pública, e que os países não-Partes reconheçam o enorme potencial fiscal e de saúde pública dessa medida.



I. Introdução

A Avaliação Comparativa avalia políticas de tributação de cigarros em 171 países por meio de um sistema de classificação transparente e simples. Ela foi concebida para avaliar e subsidiar políticas tributárias sobre os cigarros, mostrando áreas específicas de melhoria para cada país.

Esta quarta edição da Avaliação Comparativa de Impostos Sobre Cigarros da *Economics for Health* combina dados fiscais sobre o tabaco, recentemente divulgados no relatório bienal da OMS sobre a Epidemia Global do Tabaco (RGTE, 2025), com outros dados macroeconômicos importantes para avaliar as políticas fiscais dos países. O objetivo é determinar se as políticas fiscais relativas ao tabaco são consistentes com as boas práticas internacionais amplamente aceitas, como as elaboradas nas Diretrizes do Artigo 6 da CQCT, no Manual Técnico da OMS de 2021 sobre Política e Administração Tributária do Tabaco, na “Monografia 21 da OMS-NCI: A Economia do Tabaco e o Controle do Tabaco”, nos relatórios do Banco Mundial “Reforma Tributária do Tabaco: na Encruzilhada da Saúde e Desenvolvimento” e “Redução da Epidemia” e em outras pesquisas sobre a tributação eficaz do tabaco.



Orientações extensas sobre boas práticas tributárias para o tabaco foram desenvolvidas pelas Partes da CQCT, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), pelo Banco Mundial e por pesquisadores de todo o mundo. Esta Avaliação Comparativa avalia as políticas fiscais impostas sobre os cigarros de países no que diz respeito à sua consistência com as seguintes fontes de boas práticas:

Artigo 6 da CQCT da OMS e suas Diretrizes (2014)

A CQCT é o primeiro tratado de saúde pública do mundo sob os auspícios da OMS, e entrou em vigor em fevereiro de 2005. Atualmente, o tratado possui 183 Partes, cobrindo mais de 90% da população global. O Artigo 6 do tratado obriga as Partes a utilizarem políticas de preços e impostos para reduzir a procura por produtos de tabaco, especialmente entre os jovens (OMS, 2003), ao mesmo tempo em que reconhece a soberania fiscal. A Conferência das Partes adotou Diretrizes para o Artigo 6, com base em décadas de evidências rigorosas, boas práticas amplamente aceitas e testadas e experiências das Partes que implementaram exitosamente políticas de preços e impostos para reduzir o consumo de tabaco (OMS, 2014).

Manual Técnico da OMS sobre Política e Administração Tributária do Tabaco (2021)

Esse manual detalha boas práticas para informar governos sobre o desenvolvimento da sua política fiscal do tabaco, facilitando a realização de seus objetivos de saúde e receitas, ao mesmo tempo em que promove sua estratégia de desenvolvimento mais ampla. O manual inclui os passos necessários para criar e implementar políticas de tributação sobre o tabaco mais fortes nos países, fornece exemplos recentes ilustrativos de várias regiões e inclui conselhos práticos sobre como direcionar o processo político e gerar o apoio certo para a mudança da política fiscal (OMS, 2021). A Avaliação Comparativa também considera a primeira edição do manual, que enfatizou especificamente o papel essencial dos impostos seletivos, destacando que, diferente

dos impostos mais gerais, eles alteram o preço dos produtos de tabaco em relação a outras mercadorias (OMS, 2010).

Relatórios do Banco Mundial sobre a Reforma Tributária do Tabaco (2017) e Redução da Epidemia (1999)

Esses relatórios examinam questões econômicas, opções de políticas tributárias e outras medidas de controle do tabaco. Eles também analisam as tendências globais do uso do tabaco e avaliam as consequências do controle do tabaco na saúde, nas economias e nas pessoas. Os dois relatórios se baseiam em evidências globais, especialmente de países de renda baixa e média (Banco Mundial, 2017; Jha & Chaloupka, 1999).

Monografia 21 da OMS-NCI: A Economia do Tabaco e o Controle do Tabaco (2018)

A Monografia examina sistematicamente a extensa pesquisa global e a base de evidências em torno da economia do controle do tabaco (NCI e OMS, 2018). O Capítulo 4 da Monografia discute modelos de demanda por produtos de tabaco, evidências do impacto de impostos e preços e o efeito de fatores como idade e gênero na sensibilidade a mudanças no preço. O Capítulo 5 da Monografia analisa as evidências sobre a elaboração e a administração dos impostos sobre o tabaco.

A Avaliação Comparativa calcula as pontuações em grande parte a partir dos dados contidos nos apêndices relacionados a impostos/preços do RGTE, que apresenta dados de 2024. O RGTE monitora a epidemia do tabaco e as intervenções governamentais mais eficazes e custo-efetivas - medidas relacionadas a preço e outras não relacionadas a preço - para reduzir o consumo de tabaco. Pontuações comparáveis são construídas para 2022, 2020, 2018, 2016 e 2014 usando dados do RGTE de 2023, 2021, 2019, 2017 e 2015, respectivamente, para avaliar as mudanças ao longo do tempo nos sistemas fiscais sobre cigarros.

A Avaliação Comparativa de Imposto sobre Cigarros avalia os sistemas tributários no que diz respeito à sua consistência com quatro boas práticas, a partir do sistema de classificação de cinco pontos descrito abaixo:

COMPONENTE 1

Preço do Cigarro



O preço é um fator determinante no uso do tabaco. Preços mais altos reduzem o consumo, mas os cigarros têm preços relativamente inelásticos, ou seja, um aumento no preço resultará em um declínio menos do que proporcional no consumo. O preço, portanto, deve ser alto o bastante para reduzir o consumo em grau suficiente para gerar benefícios claros para a saúde pública. Para comparar preços entre países, é preciso considerar o poder de compra dos consumidores, e por isso este documento utiliza os preços ajustados pela paridade do poder de compra (PPC). A pontuação mais alta é concedida para países com preço ajustado pela PPC de dez dólares internacionais ou mais em 2018,¹ corrigido pela inflação, para um maço de 20 cigarros da marca mais vendida. Isso é baseado na distribuição de preços entre países e ao longo do tempo e no limiar a partir do qual os especialistas observam efeitos negativos consideráveis sobre o consumo.

¹ A Avaliação Comparativa utiliza 2018 como ano de referência pois foram os dados usados na primeira edição. Além disso, mantê-los consistentes com os valores de 2018 permite aos usuários fazer comparações mais significativas ao longo do tempo.

COMPONENTE 2

Mudanças na Acessibilidade do Cigarro



Além do preço, a renda também afeta a demanda. Um rápido crescimento econômico que aumenta a renda é capaz de compensar os efeitos dos aumentos de impostos e preços, limitando seu impacto sobre o consumo. Um crescente e grande conjunto de evidências empíricas demonstra que o aumento da acessibilidade dos cigarros leva a uma elevação no consumo, enquanto a redução da acessibilidade reduz o consumo. Portanto, os aumentos nos impostos e nos preços dos cigarros devem ser altos o suficiente para reduzir a acessibilidade do cigarro e afetar seu consumo negativamente. A maior pontuação foi dada para os países que obtiveram uma mudança estatisticamente significativa na média anual de acessibilidade de 7,5% ou mais entre 2018 e 2024, que seja resultado de pelo menos um aumento de imposto seletivo durante esse período (e não derivada de mudanças em outros fatores macroeconômicos ou do esquema de preços da indústria). Tal como as três edições anteriores, esta edição da Avaliação Comparativa utiliza uma janela de seis anos, em vez de apenas um ou dois, para captar melhor a estabilidade das mudanças.

COMPONENTE 3

Alíquotas Tributárias



A alíquota tributária indica a porcentagem do preço de varejo que corresponde a impostos. As alíquotas tributárias devem ser altas o suficiente para reduzir o uso do tabaco e permitir que os governos obtenham receitas com o aumento dos preços. Se o aumento de preço for resultado de um incremento de valor da indústria, as receitas irão para as empresas de tabaco, a despeito da queda do consumo. Este componente concede a pontuação mais alta para uma alíquota de imposto seletivo de 70% ou mais e para uma alíquota total de 75% ou mais, calculando a média das pontuações separadas para criar uma pontuação única de alíquota tributária. Os impostos seletivos têm maior probabilidade de alterar os preços relativos dos cigarros e de outros produtos, portanto, são particularmente importantes. Contudo, como alguns países possuem estruturas muito complexas, em que outros impostos constituem uma parte significativa do preço, é importante considerar a alíquota de todos os impostos.

COMPONENTE 4

Estrutura Tributária



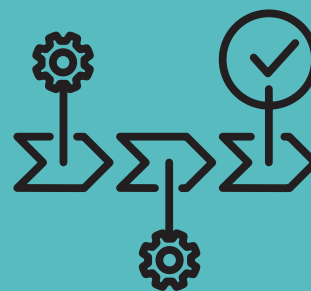
Estruturas tributárias adequadas são fundamentais para garantir que os aumentos de impostos reduzam o consumo de tabaco e aumentem as receitas do governo. A pontuação mais alta é dada para: (1) um imposto seletivo uniforme, que é reajustado automaticamente (normalmente pela inflação, mas às vezes de outras formas substanciais); ou (2) um imposto seletivo misto, com uma alíquota maior para o componente específico, além de um imposto mínimo, com um reajuste automático para o componente do imposto seletivo, e o uso do preço de varejo como base para o componente tributário ad valorem.

A Avaliação Comparativa fornece uma abordagem abrangente, transparente, objetiva e simples para avaliar a força dos sistemas fiscais sobre cigarros em âmbito global. Ao utilizar os quatro componentes descritos acima, a Avaliação reconhece que um único indicador é insuficiente. O indicador usado mais amplamente - a parcela dos preços de cigarros no varejo que correspondem a impostos - representa um aspecto dos impostos sobre cigarros, mas alguns países podem ter alíquotas altas e, mesmo assim, continuar tendo cigarros a preços baixos e com alta acessibilidade. Além disso, a alíquota tributária não considera os pontos fortes e fracos das estruturas tributárias dos países. Por exemplo, estruturas tributárias frágeis criam maior variabilidade nos preços dos cigarros, o que permite que os fumantes escolham marcas mais baratas quando os impostos aumentam, limitando os benefícios para a saúde e as receitas decorrentes de impostos mais elevados.

Por fim, em cada edição, os autores da Avaliação Comparativa se baseiam nas últimas descobertas científicas. Há pesquisas contínuas sobre os efeitos dos impostos sobre o tabaco a nível mundial, mas especialmente em países de renda baixa e média, onde a indústria do tabaco concentra esforços para aumentar o tamanho do mercado. Estudos sobre a importância da estrutura tributária e acessibilidade avançaram de forma significativa desde a publicação desses trabalhos, bem como trabalhos acadêmicos sobre os argumentos comuns utilizados pela indústria do tabaco contra o aumento dos impostos, como os efeitos que isso gera sobre os empregos, possível regressividade e o comércio ilícito. Veja Drope e Powell (2024) para uma revisão narrativa dessa literatura mais recente.

Roteiro (*Roadmap*) para a Avaliação Comparativa

Este documento descreve os resultados gerais, as mudanças ao longo do tempo e a pontuação para cada um dos quatro componentes. Os apêndices fornecem as pontuações gerais por país, em ordem alfabética por cada componente de classificação e por todos os anos para mostrar as mudanças nas pontuações ao longo do tempo. Os dados apresentados por região refletem os seis agrupamentos regionais definidos pela OMS (região africana - AFR; região das Américas - AMR; região do Mediterrâneo Oriental - EMR; região europeia - EUR; região do Sudeste Asiático - SEAR; e região do Pacífico Ocidental - WPR), enquanto os dados apresentados por nível de renda refletem as categorias de renda definidas pelo Banco Mundial (correspondendo ao ano dos dados de preço da OMS do RGTE). A Avaliação Comparativa, as Notas dos Componentes da Avaliação Comparativa de Imposto sobre Cigarros, mapas interativos e resumos específicos de países e regiões selecionados, assim como um conjunto completo de slides em PowerPoint com a pontuação dos países, estão disponíveis no site da *Economics for Health*, www.economicsforhealth.org. Vale observar que várias das principais fontes utilizadas aqui atualizam seus dados regularmente, incluindo preços e vários indicadores macroeconômicos importantes. Assim, ao rever ou utilizar pontuações mais antigas, é fundamental usar as pontuações da edição mais recente da Avaliação Comparativa, pois são mais precisas e com os dados mais atualizados disponíveis.





II. Avaliação Comparativa de Impostos sobre Cigarro – Pontuação Geral

As pontuações gerais dos impostos sobre cigarros em 2024 são apresentadas na Figura 1 e na Tabela 1, referente aos 171 países com dados disponíveis para cada um dos quatro componentes. Essa pontuação é construída como a média simples das pontuações de cada um dos quatro componentes-chave: preço do cigarro, mudança na acessibilidade do cigarro, alíquota tributária e estrutura tributária do cigarro. A pontuação geral pode variar de zero, para os países com pontuação zero em todos os componentes, a cinco, para os países que receberem a pontuação mais alta em todos os componentes. As pontuações de cada um dos componentes são explicadas abaixo.



Com base nos dados de 2024, apenas dois países receberam uma pontuação geral de quatro ou mais: o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e a Finlândia. As pontuações mais altas do Reino Unido e da Finlândia foram impulsionadas principalmente por seus altos preços absolutos (pontuação de 5) e pela parcela do preço atribuída a impostos (pontuações de 4,5 e 5, respectivamente). Os países ficaram um pouco aquém do esperado com relação à mudança de acessibilidade, embora apresentem um desempenho melhor do que a maioria. Ainda assim, a pontuação – 3,0 – não atinge o máximo de 5,0, que exigiria uma queda anual de pelo menos 7,5% na acessibilidade.

Notavelmente, todos os quatro países que obtiveram as pontuações mais altas em 2020, Austrália, Canadá, Equador e Nova Zelândia, ficaram abaixo de uma pontuação geral de quatro em 2022 e 2024. A principal razão pela qual as pontuações desses países caíram foi o fato de suas alíquotas tributárias não terem tornado os produtos de tabaco menos acessíveis. Não houve nenhuma mudança estatisticamente significativa na acessibilidade nos últimos seis anos, tanto para 2022, como para 2024. Anteriormente, esses países aumentavam os impostos acima da inflação e do crescimento da renda de forma consistente, mas recentemente diminuíram ou interromperam essa prática, e isso se refletiu nas pontuações. Por outro lado, esses países têm fundamentos sólidos, incluindo sistemas específicos uniformes com algum mecanismo de reajuste anual. Contudo, eles devem institucionalizar aumentos regulares acima da inflação para tornar os produtos de tabaco menos acessíveis de forma consistente e melhorar mais uma vez as suas pontuações.

No outro extremo do espectro, a Somália teve uma pontuação geral de zero em 2024, refletindo a falta de um imposto seletivo sobre o cigarro e outros impostos mínimos, o que resulta em cigarros muito baratos. O Iraque, o Kuwait, a Líbia e as Ilhas Marshall apresentaram um desempenho apenas marginalmente melhor, com pontuações gerais de 0,25 em 2024. Todos esses quatro países obtiveram pontuação zero na estrutura tributária. Portanto, eles têm que implementar estruturas tributárias básicas e outras boas práticas. Entre os 171 países incluídos na Avaliação Comparativa, quatro relataram não ter nenhum imposto de consumo específico para cigarros: Líbano, Maldivas, Mônaco e Nauru.

De 2022 a 2024, apenas três países melhoraram suas pontuações em mais de um ponto: Nigéria (de 1,25 para 2,75) e Lesoto (de 2,38 para 3,5) da região africana, e Paquistão (de 0,88 para 2,38) da região do Mediterrâneo Oriental. A Nigéria aumentou o componente específico do seu imposto seletivo de 84 nairas por maço para 164 nairas em 2023. O Paquistão registrou vários aumentos substanciais nas alíquotas em 2022-23, o que impulsionou a melhora de suas pontuações. Infelizmente, desde então, no final de 2025, ambos os governos haviam reduzido ou interrompido os aumentos no imposto seletivo, e os efeitos positivos para a receita e

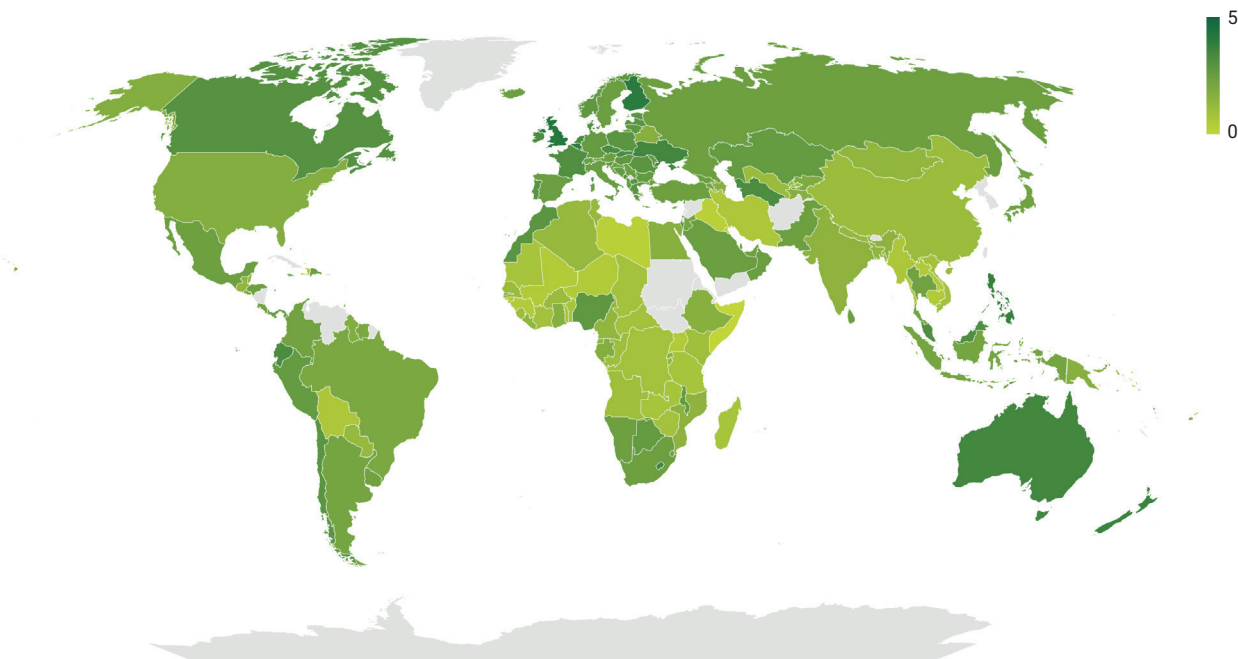
a saúde pública se dissiparam rapidamente. Os países precisam manter o aumento de impostos seletivos. A melhora no Lesoto deve-se ao fato do governo ter atualizado e aprimorado seu regime de impostos específicos de consumo para estar em conformidade com suas obrigações perante a União Aduaneira da África Austral, além de ter adicionado uma taxa adicional com base no sistema tributário de Botsuana.

Como pode ser visto na Tabela 2, a média regional europeia foi mais uma vez a mais elevada das regiões da OMS, com uma pontuação média de 2,70, um pouco acima da pontuação de 2,64 apresentada em 2022. A pontuação relativamente elevada na região europeia reflete estruturas tributárias mais fortes em geral, e os impostos e preços mais altos decorrem da diretiva de impostos sobre o tabaco da União Europeia (UE), que os países membros são obrigados a cumprir. O efeito regional também se estende aos países que aspiram aderir à UE, que são obrigados a implementar impostos semelhantes aos da comunidade. Em julho de 2025, a Comissão Europeia (CE) divulgou uma proposta de revisão que aprimora a versão anterior para ser analisada pelos Estados-Membros, oferecendo uma oportunidade para melhorar ainda mais a pontuação regional. Aumentos substanciais de impostos são a chave para essa melhoria e para manter os avanços da região.

A região das Américas ocupa o segundo lugar (subindo da terceira posição em 2022), com uma pontuação média de 2,00, seguida pela região do Pacífico Ocidental, com 1,92. A região do Pacífico Ocidental registrou a maior queda desde 2022, de -0,15, impulsionada principalmente pelo fraco desempenho dos países com relação ao componente de mudança de acessibilidade. A região africana continua a ter a classificação mais baixa, com 1,45 em 2024, uma alteração de -0,06. Quase todos os países da região também apresentaram resultados ruins em relação ao componente de mudança na acessibilidade em 2022 e em 2024.

A Tabela 3 apresenta as pontuações por categoria de renda do Banco Mundial. Assim como nas três últimas edições da Avaliação Comparativa, existe uma relação clara entre as pontuações gerais e a renda do país, com as pontuações aumentando com a renda. Notavelmente, o grupo de baixa-média renda foi o único que melhorou a pontuação geral de 2022 para 2024, passando de 1,49 para 1,53. O grupo de países de baixa renda, por outro lado, registrou a maior queda, de 1,44 em 2022 para 1,12 em 2024. Esses são os países que provavelmente têm menos capacidade de absorver os enormes custos econômicos do uso do tabaco e maior probabilidade de se beneficiar de novas receitas tributárias.

Figura 1 Pontuação geral de impostos sobre cigarros, 2024



Obs.: os países em cinza não dispõem de dados para gerar esta medida. Uma versão anterior da Avaliação Comparativa mostrava incorretamente vários países com dados faltantes, embora possuíssem dados suficientes.

Tabela 1 Pontuação geral de impostos sobre cigarros, 2024

Pontuação <1,0 N=29	1,0 ≤ Pontuação <2,0 N=46	2,0 ≤ Pontuação <3,0 N=72	3,0 ≤ Pontuação <4,0 N=22	Pontuação ≥ 4,0 N=2
República Centro-Africana	Barbados	Chile	Bélgica	Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte
Chade	El Salvador	Estônia	Filipinas	Finlândia
Costa do Marfim	Quirguistão	Gâmbia	Nova Zelândia	
República Democrática do Congo	Comores	Grécia	Austrália	
Vietnã	Gabão	Israel	Lesoto	
Zimbábue	Guiana	Letônia	Ucrânia	
Benim	Kiribati	Marrocos	Reino da Holanda	
Madagascar	Maldivas	Macedônia do Norte	Vanuatu	
Mauritânia	Estados Unidos da América	Polônia	Chéquia	
Ilhas Salomão	Azerbaijão	Portugal	Equador	
Togo	Bielorrússia	Romênia	Irlanda	
República Unida da Tanzânia	Egito	Dominica	Singapura	
Zâmbia	Etiópia	Hungria	Eslováquia	
Estado Plurinacional da Bolívia	Fiji	Lituânia	Turcomenistão	
República Islâmica do Irã	Gana	Nigéria	Dinamarca	
Myanmar	Papua Nova Guiné	Noruega	França	
Camboja	Ruanda	Eslovênia	Malásia	
Guiné	Tajiquistão	Albânia	Malta	
Guiné-Bissau	Trinidade e Tobago	Bahamas	Maurício	
Haiti	Belize	Bósnia e Herzegovina	Seychelles	
República Democrática Popular do Laos	Índia	Botswana	Canadá	
Mali	Moçambique	Bulgária	Montenegro	
Níger	São Vicente e Granadinas	Alemanha		
Uganda	Bangladesh	Cazaquistão		
Iraque	Burundi	Malawi		
Kuwait	Camarões	Peru		
Líbia	Guiné Equatorial	República da Moldávia		
Ilhas Marshall	Guatemala	Andorra		
Somália	Libéria	Bahrein		
	Mongólia	Itália		
	São Tomé e Príncipe	Omã		
	Argélia	Santa Lúcia		
	Nepal	Arábia Saudita		
	Paraguai	Espanha		
	Tunísia	Suécia		
	Burkina Faso	Suíça		
		Áustria		

Tabela 1 Pontuação geral de impostos sobre cigarros, 2024

Pontuação <1,0 N=29	1,0 ≤ Pontuação <2,0 N=46	2,0 ≤ Pontuação <3,0 N=72	3,0 ≤ Pontuação <4,0 N=22	Pontuação ≥ 4,0 N=2
	China	Croácia		
	Nauru	Chipre		
	Senegal	República Dominicana		
	Uzbequistão	Essuatíni		
	Angola	Geórgia		
	Antígua e Barbuda	Honduras		
	Congo	Islândia		
	Quênia	Jamaica		
	São Cristóvão e Neves	México		
	Serra Leoa	Namíbia		
		Paquistão		
		Panamá		
		Catar		
		Federação Russa		
		Sérvia		
		África do Sul		
		Sri Lanka		
		Turquia		
		Colômbia		
		Costa Rica		
		Japão		
		Tailândia		
		Timor-Leste		
		Emirados Árabes Unidos		
		Uruguai		
		Argentina		
		Armênia		
		Granada		
		Indonésia		
		Jordânia		
		Luxemburgo		
		Samoa		
		Brasil		
		Cabo Verde		
		Suriname		

Obs.: os países de cada coluna estão ordenados por pontuação, da mais alta para a mais baixa, e em ordem alfabética quando as pontuações são idênticas.

Tabela 2 Pontuação geral de impostos sobre cigarros, em âmbito global e por região da OMS, 2024

Região	AFR	AMR	EMR	EUR	SEAR	WPR	Global
Pontuação	1,45	2,00	1,58	2,70	1,72	1,92	2,01
Mudança 2022–2024	(-0,06)	(+0,04)	(+0,00)	(+0,06)	(+0,15)	(-0,15)	(-0,01)

Tabela 3 Pontuação geral de impostos sobre cigarros, no âmbito global e por grupo de renda do Banco Mundial, 2024

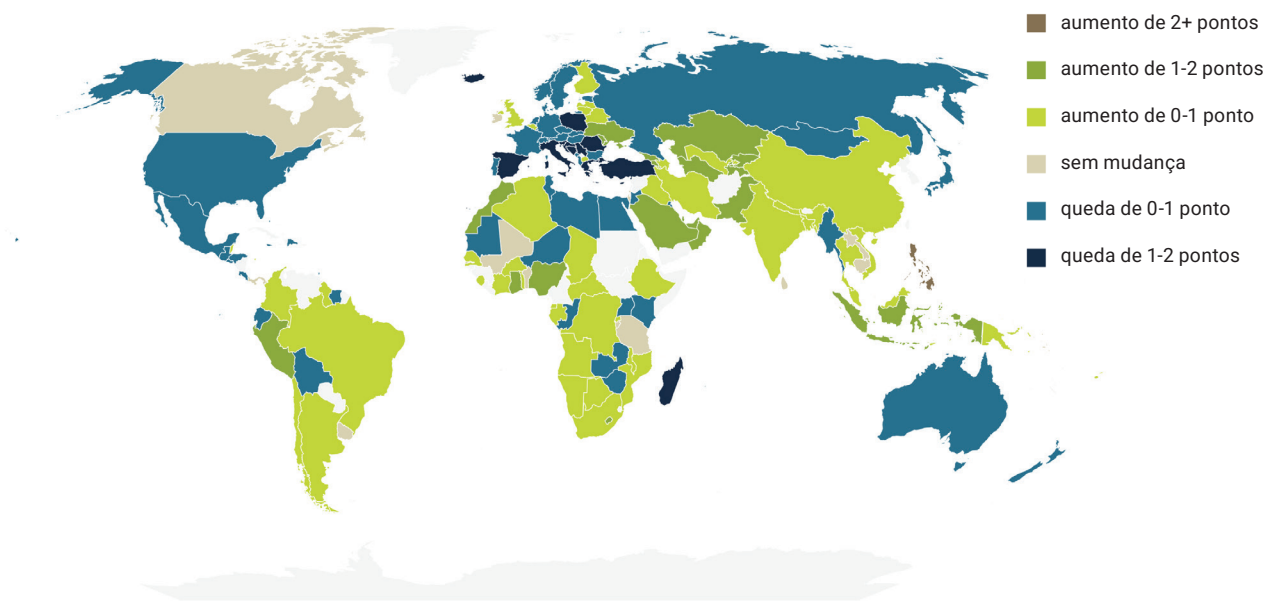
Grupo de renda	Baixa	Média-Baixa	Média-Alta	Alta	Global
Pontuação	1,12	1,53	2,07	2,60	2,01
Mudança 2022–2024	(-0,33)	(+0,04)	(+0,00)	(-0,02)	(-0,01)

Mudanças ao Longo do Tempo

Apesar da estagnação da pontuação geral em 2024 destacada anteriormente, a Figura 2 (a seguir) mostra que, nos últimos 10 anos, ainda houve alguma melhoria nas pontuações gerais, com a pontuação média global um pouco mais alta em 2024 em comparação com 2014. Entre os 161 países para os quais as pontuações puderam ser calculadas em ambos os anos, as pontuações gerais melhoraram em 78 países, permaneceram as mesmas em 16 e pioraram em 67. As pontuações melhoraram mais nas Filipinas (+2,50), Omã (+2,00), Arábia Saudita (+2,00), Emirados Árabes Unidos (+2,00), Nigéria (+2,00), Ucrânia (+1,88) e Catar (+1,88), seguidos pela República da Moldávia, Turcomenistão e Bahrein, com ganhos de 1,75 pontos cada. Desses países, apenas as Filipinas, a Nigéria, o Catar e a República da Moldávia apresentaram aumentos na pontuação entre 2022 e 2024.

É importante considerar o histórico ao observar as alterações na Figura 2. Por exemplo, alguns dos países que registaram queda tinham um desempenho elevado em 2014 e, embora possam ter retrocedido, podem ainda ter um desempenho relativamente bom, ou pelo menos adequado, em comparação com a maioria dos outros países. Por outro lado, alguns dos países que registraram melhorias partiram de pontuações muito baixas e podem ainda estar lutando para implementar boas práticas nas políticas fiscais sobre o tabaco.

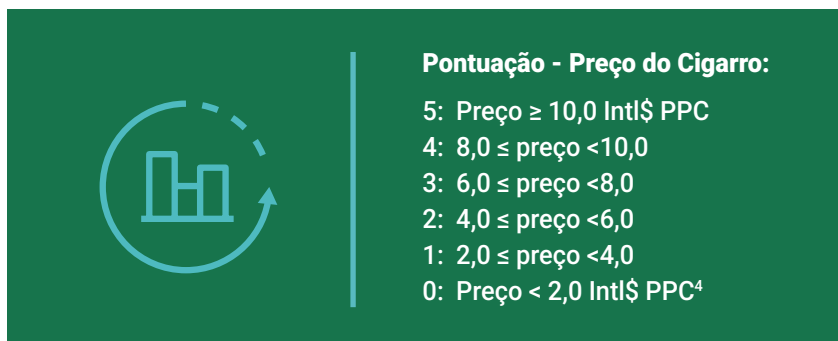
Figura 2 Mudanças na pontuação geral dos países, 2014–2024



Obs.: os países em cinza não dispõem de dados para gerar esta medida. Uma versão anterior da Avaliação Comparativa mostrava incorretamente vários países com dados faltantes, embora possuísem dados suficientes.

III. Preço do cigarro

Dadas as extensas evidências sobre o impacto dos preços no tabagismo, este é um indicador-chave para avaliar o sistema tributário dos países. Este componente da Avaliação Comparativa é baseado no preço de um maço de 20 cigarros da marca mais vendida em dólares internacionais, ajustado pela paridade do poder de compra (PPC).² Considerando os preços informados para 2024,³ as pontuações foram baseadas no seguinte critério:



A Figura 3 apresenta as pontuações dos preços dos cigarros para 2024. Entre os 172 países com dados disponíveis, 24 países receberam a pontuação mais alta de cinco (um aumento comparado aos 21 em 2022), liderados pelo Turcomenistão (Intl\$ PPC 29,1), Sri Lanka (Intl\$ PPC 29,1), Nova Zelândia (Intl\$ PPC 20,6), Austrália (Intl\$ PPC 19,3) e Fiji (Intl\$ PPC 18,6). Dezesesseis países receberam uma pontuação de zero (eram 15 em 2022), com os preços mais baixos na República Democrática do Congo (Intl\$ PPC 1,03), no Paraguai (Intl\$ PPC 1,07) e na Somália (Intl\$ PPC 1,12).

Como mostrado na Tabela 4, os preços médios dos cigarros foram mais elevados nas regiões do Sudeste Asiático, do Pacífico Ocidental e da Europa, e mais baixos na região africana. Esse padrão é semelhante ao de 2022 e 2020. Os preços médios dos cigarros (ajustados pela inflação) aumentaram em todas as regiões da OMS entre 2022 e 2024, com o maior aumento na região do Sudeste Asiático (Intl\$ PPC 0,52), seguida pela região das Américas (Intl\$ PPC 0,49) e pela região europeia (Intl\$ PPC 0,39). Os preços médios e as pontuações dos preços aumentam conforme a renda do país, como mostra a Tabela 5.

² A paridade do poder de compra é uma métrica comum usada para comparar as moedas dos países, com base em um valor que permite comprar a mesma quantidade de bens e serviços em cada país.

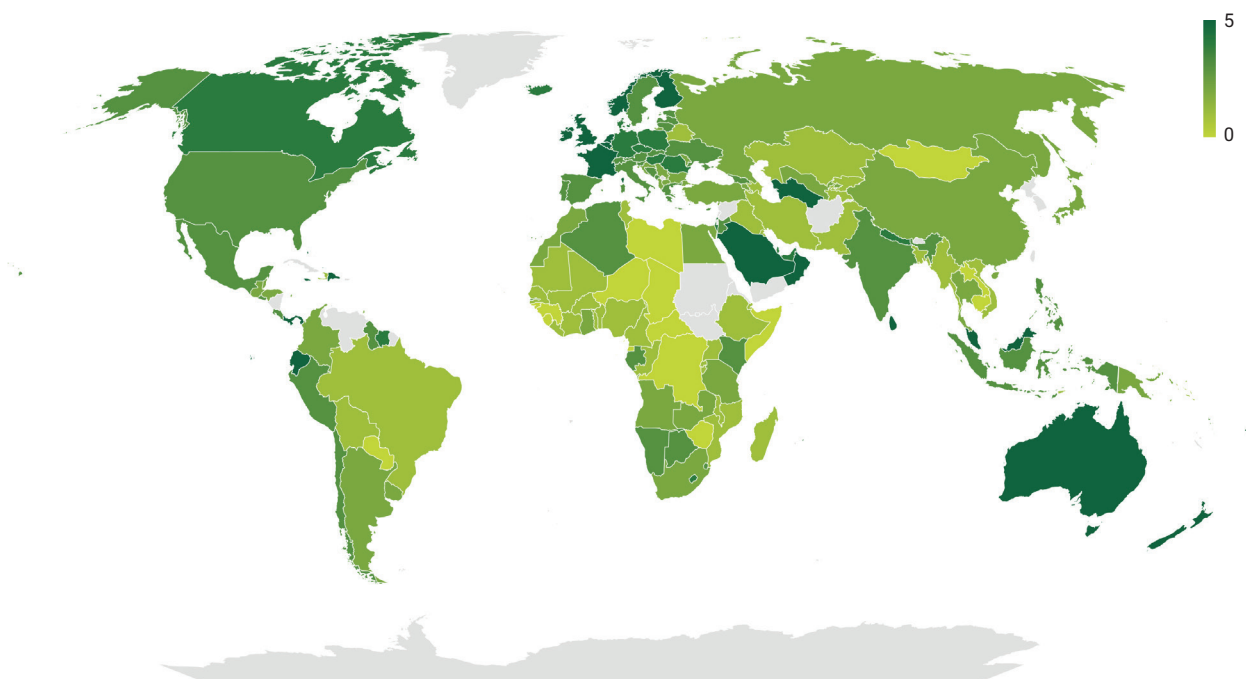
³ Estes preços são convertidos para preços de 2018 para compará-los com os das edições anteriores da Avaliação Comparativa.

⁴ Os preços equivalentes em dólares internacionais PPC de 2024 são: 5 – Preço $\geq 12,24$ Intl\$ PPC 4 – $9,79 \leq$ preço $\leq 12,24$; 3 – $7,35 \leq$ preço $\leq 9,79$; 2 – $4,9 \leq$ preço $\leq 7,35$; 1 – $2,45 \leq$ preço $\leq 4,9$; 0 – Preço $\leq 2,45$ Intl\$ PPC.



Notavelmente, os preços médios dos cigarros em países de baixa renda diminuíram em Intl\$ PPC 0,24 (cerca de 10%) nesta edição da Avaliação Comparativa, enquanto os preços médios aumentaram nos demais grupos de renda. Isso levanta uma grande preocupação, pois a redução dos preços torna os cigarros ainda mais acessíveis às populações de baixa renda, especialmente aos jovens, público-alvo principal da maioria das empresas de tabaco.

Figura 3 Pontuação de preços de cigarros, 2024



Obs.: os países em cinza não dispõem de dados para gerar esta medida. Uma versão anterior da Avaliação Comparativa mostrava incorretamente vários países com dados faltantes, embora possuísem dados suficientes.

Tabela 4 Preço médio do cigarro (Intl\$ PPC) e pontuação média do preço, no âmbito global e por região da OMS, 2024

Região	AFR	AMR	EMR	EUR	SEAR	WPR	Global
Preço	\$4,02	\$6,60	\$5,75	\$7,96	\$8,70	\$7,83	\$6,49
Mudança 2022–2024	(\$+0,18)	(\$+0,49)	(\$+0,15)	(\$+0,39)	(\$+0,17)	(\$+0,52)	(\$+0,24)
Pontuação	1,47	2,78	2,25	3,06	2,78	2,63	2,45
Mudança 2022–2024	(+0,07)	(+0,32)	(-0,04)	(+0,10)	(-0,32)	(+0,05)	(+0,07)

Obs.: países com atualizações nas pontuações de 2022 são apresentados na Tabela 4 do Apêndice (em comparação com as pontuações mostradas na terceira edição da Avaliação Comparativa).

Tabela 5 Preço médio do cigarro (Intl\$ PPC) e pontuação média do preço, no âmbito global e por grupo de renda do Banco Mundial, 2024

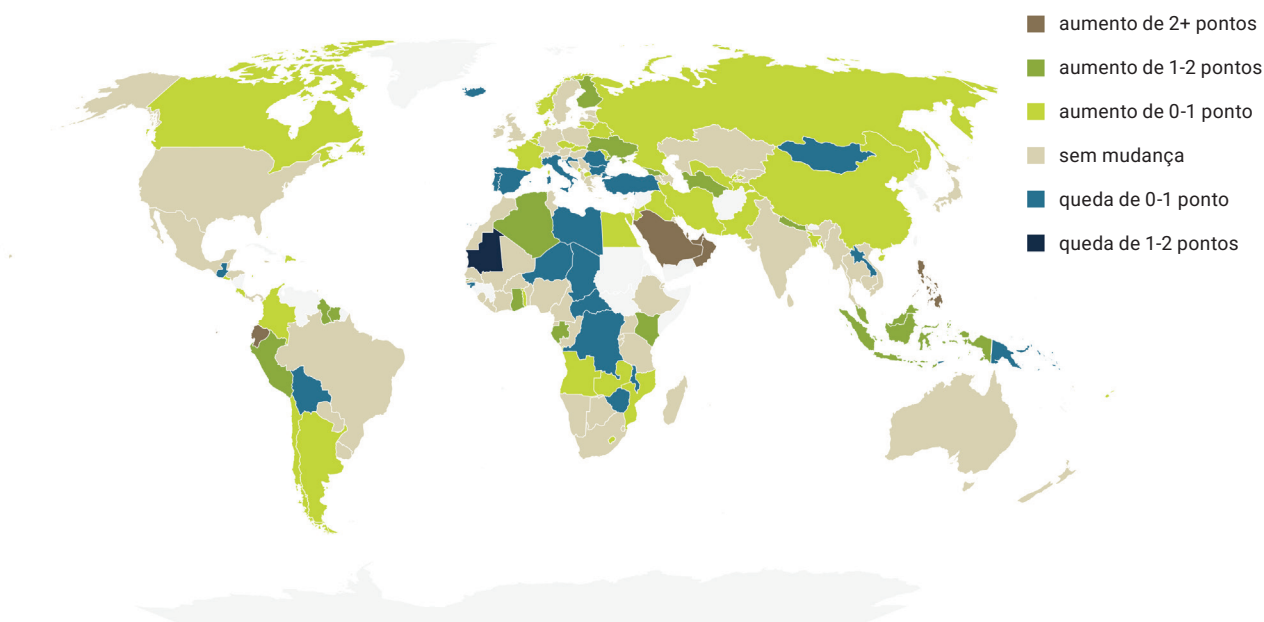
Grupo de renda	Baixa	Média-Baixa	Média-Alta	Alta	Global
Preço	\$2,65	\$4,75	\$6,62	\$9,00	\$6,49
Mudança 2022–2024	(\$-0,24)	(\$+0,10)	(\$+0,33)	(\$+0,30)	(\$+0,24)
Pontuação	0,74	1,67	2,52	3,57	2,45
Mudança 2022–2024	(-0,15)	(-0,07)	(+0,24)	(+0,05)	(+0,07)

Obs.: os países com atualizações nas pontuações de 2022 são apresentados na Tabela 4 do Apêndice.

Mudanças ao Longo do Tempo

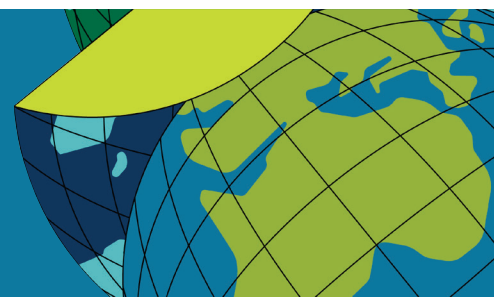
As pontuações dos preços dos cigarros, em sua maioria, aumentaram ao longo do tempo. Em 2014, a pontuação geral foi de 2,02 de 5,00. Ela subiu para 2,38 em 2022 e aumentou ligeiramente novamente para 2,45 em 2024. Conforme ilustrado na Figura 4 abaixo, o número de países que receberam a pontuação mais alta aumentou de 10 em 2014 para 24 em 2024 (eram 21 países em 2022). No entanto, o número de países que receberam a pontuação mais baixa também aumentou ligeiramente, de 15 em 2014 para 16 em 2024 (eram 15 em 2022). Ao longo dos 10 anos da análise, oito países apresentaram um aumento superior a dois pontos percentuais, enquanto 25 países registraram uma queda de até um ponto percentual e um país apresentou uma queda entre um e dois pontos percentuais.

Figura 4 Mudanças na pontuação geral dos países, 2014–2024



Obs.: os países em cinza não dispõem de dados para gerar esta medida. Uma versão anterior da Avaliação Comparativa mostrava incorretamente vários países com dados faltantes, embora possuíssem dados suficientes.

IV. Mudança na Acessibilidade do Cigarro



Os impostos sobre o cigarro precisam ser elevados o suficiente para que os preços aumentem mais do que a renda real, tornando os cigarros menos acessíveis. Assim, o segundo componente pontuado avalia as mudanças na acessibilidade dos cigarros durante um período de seis anos. A acessibilidade é definida como o percentual do PIB per capita necessário para comprar 2.000 cigarros da marca mais vendida. Um aumento dessa medida significa que os cigarros estão se tornando menos acessíveis ao longo do tempo. Para evitar dar pontuações maiores a países onde a acessibilidade caiu devido à redução da renda ou preços mais altos praticados pela indústria, a redução da acessibilidade precisa ser resultado, pelo menos em parte, de um aumento de imposto seletivo sobre cigarros. As pontuações de 2024 neste componente, portanto, são baseadas⁵ em mudanças estatisticamente significativas na acessibilidade da marca de cigarros mais vendida entre 2018 e 2024, da seguinte forma:

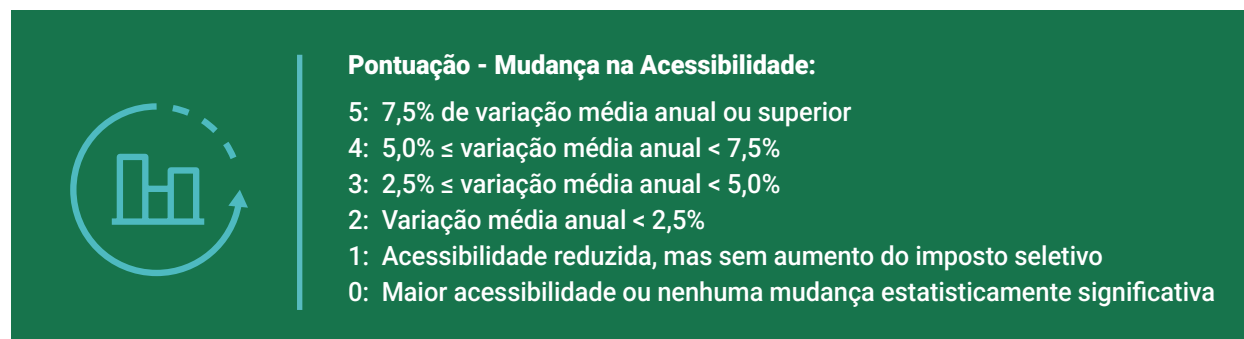


Figure 5 presents the scores for the changes in cigarette affordability between 2018 and 2024. Among the A Figura 5 apresenta as pontuações referentes às mudanças na acessibilidade dos cigarros entre 2018 e 2024. Entre os 186 países com dados disponíveis, **apenas cinco receberam a pontuação mais alta de cinco (em comparação com 11 em 2022 e 26 em 2020)**. A lista é liderada por Malawi (redução média anual na acessibilidade de 14,6%), Filipinas (11,0%) e Paquistão (10,4%).



A grande maioria dos países – 164 dos 186 – recebeu uma pontuação de zero (maior do que os 161 países em 2022 e 116 países em 2020). Uma pontuação zero pode significar quatro cenários diferentes, listados a seguir:

- 1) 27 países não tiveram aumento de impostos em 2024 e os cigarros ficaram mais acessíveis.
- 2) 18 países tiveram um aumento de impostos em 2024, mas foi muito pequeno, pois mesmo assim os cigarros ficaram mais acessíveis.
- 3) 52 países não tiveram aumento de impostos em 2024 e nenhuma mudança na acessibilidade.
- 4) 67 países tiveram um aumento de impostos em 2024, mas nenhuma mudança na acessibilidade.

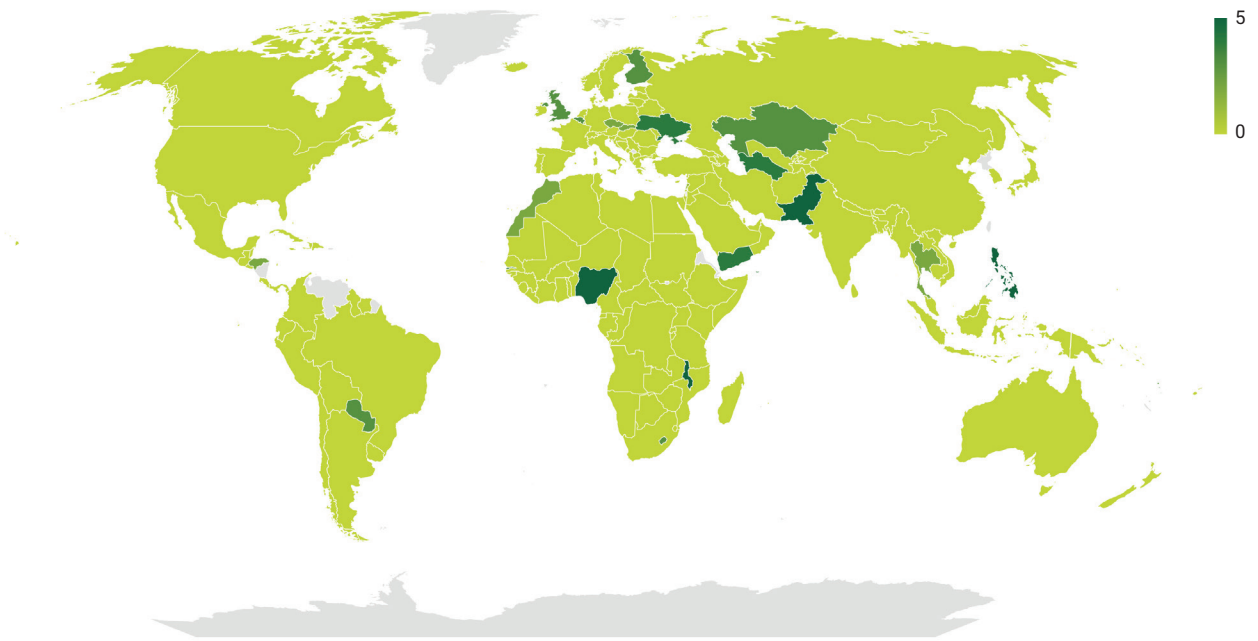
⁵ A mudança estatisticamente significativa na acessibilidade é baseada na abordagem usada no RGTE da OMS, que utiliza um modelo simples de regressão do logaritmo natural da medida de acessibilidade em uma variável de ano.

Além disso, cinco países não tiveram aumento de impostos em 2024, mas os cigarros ficaram menos acessíveis (devido ao aumento dos preços praticados pela indústria, possivelmente combinado com um crescimento econômico lento).

A Tabela 6 mostra as mudanças médias de acessibilidade e as pontuações regionais e globais. Países sem mudanças significativas de acessibilidade receberam pontuação zero. Na terceira edição, todas as seis regiões apresentaram quedas na variação percentual média anual, e esse padrão continua nesta quarta edição. A região com a melhor mudança na pontuação média bruta de acessibilidade (variação percentual média anual ao longo de seis anos) foi a região do Mediterrâneo Oriental, com uma redução média anual de 3,47% (embora abaixo da queda média anual de 3,58% em 2022). Em 2024, a variação média de acessibilidade ao longo de seis anos em cinco das regiões apresentou uma tendência negativa, o que significa que os cigarros estavam se tornando mais acessíveis em média na África (-0,28%), nas Américas (-0,59%), na Europa (-1,39%), no Sudeste Asiático (-2,61%) e no Pacífico Ocidental (-0,19%).

Conforme mostrado na Tabela 7, embora a média do grupo tenha diminuído de 2022 para 2024, os países de renda média-baixa obtiveram a melhor pontuação na medida de acessibilidade em 2024, 0,55, seguido pelos países de renda baixa, 0,54. Contudo, vale destacar que a variação média na acessibilidade foi de -0,44% entre os países de renda baixa, o que sugere uma variação considerável dentro deste grupo. O grupo de alta renda sofreu uma queda grande, passando de uma média de 3,21% de variação anual em 2020 para -1,35% em 2024.

Figura 5 Pontuação das mudanças de acessibilidade, 2024



Obs.: os países em cinza não dispõem de dados para gerar esta medida. Uma versão anterior da Avaliação Comparativa mostrava incorretamente vários países com dados faltantes, embora possuíssem dados suficientes.

Tabela 6 Mudança média anual de acessibilidade de cigarros e pontuação de mudanças de acessibilidade, no âmbito global e por região da OMS, 2024

Região	AFR	AMR	EMR	EURO	SEAR	WPR	Global
Mudança de Acessibilidade	-0,28%	-0,59%	3,47%	-1,39%	-2,61%	-0,19%	-0,36%
Mudança 2022–2024	(-0,34%)	(-1,57%)	(-0,10%)	(-0,45%)	(-3,06%)	(-0,67%)	(-0,75%)
Pontuação	0,37	0,30	0,60	0,45	0,20	0,33	0,39
Mudança 2022–2024	(-0,16)	(+0,00)	(-0,25)	(+0,06)	(+0,20)	(-0,62)	(-0,12)

Obs.: 1) Excluímos Serra Leoa da análise regional da variação média anual de acessibilidade dos cigarros por se tratar de um valor estatisticamente discrepante. 2) Os países com atualizações nas pontuações de 2022 são apresentados na Tabela 4 do Apêndice.

Tabela 7 Mudança média anual de acessibilidade de cigarros e pontuação de mudanças de acessibilidade, no âmbito global e por grupo de renda do Banco Mundial, 2024

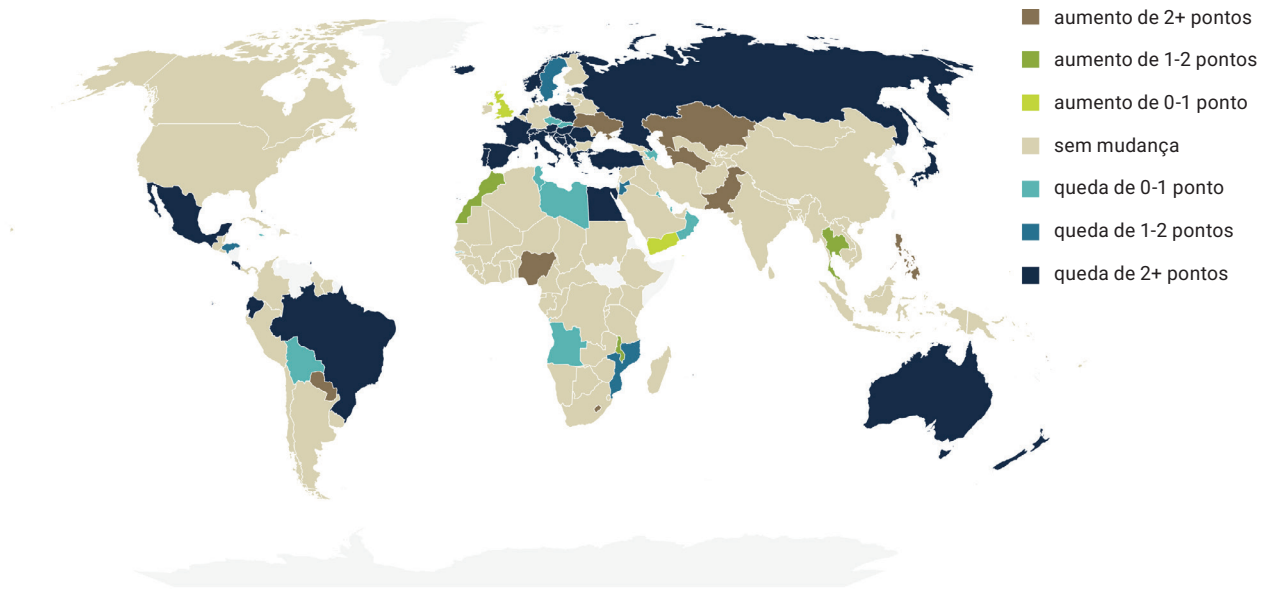
Grupo de renda	Baixa	Média-Baixa	Média-Alta	Alta	Global
Mudança de Acessibilidade	-0,44%	0,57%	0,00%	-1,35%	-0,36%
Mudança 2022–2024	(-0,59%)	(-0,18%)	(-0,36%)	(-1,54%)	(-0,75%)
Pontuação	0,54	0,55	0,40	0,21	0,39
Mudança 2022–2024	(-0,30)	(-0,02)	(-0,14)	(-0,08)	(-0,12)

Obs.: 1) Excluímos Serra Leoa da análise de grupo de renda para a variação média anual de acessibilidade por se tratar de um valor estatisticamente discrepante. 2) Os países com atualizações nas pontuações de 2022 são apresentados na Tabela 4 do Apêndice.

Mudança ao Longo do Tempo

Conforme mostrado na Figura 6 abaixo, nos últimos 10 anos houve alguma volatilidade nas pontuações de acessibilidade dos cigarros. A pontuação média global de 1,10 em 2014 subiu para 1,34 em 2020 e caiu para 0,39 em 2024. Este último conjunto de pontuações também viu um mesmo número baixo de países – 5 – obter a pontuação mais alta de cinco, como em 2022 (comparado com 12 em 2014 e 11 em 2020). Além disso, nos últimos dez anos, enquanto 10 países registraram um aumento superior a dois pontos, 37 países registraram uma redução de dois pontos ou mais.


Figura 6 Mudanças na pontuação das mudanças de acessibilidade dos países, 2014–2024



Obs.: os países em cinza não dispõem de dados para gerar esta medida. Uma versão anterior da Avaliação Comparativa mostrava incorretamente vários países com dados faltantes, embora possuíssem dados suficientes.

V. Alíquota Tributária

A métrica mais usada para avaliar a força dos sistemas fiscais dos países sobre o **cigarro** é a parcela dos tributos no preço de varejo dos cigarros. Há mais de duas décadas, o Banco Mundial recomendava que os impostos representassem entre dois terços e quatro quintos dos preços dos cigarros. Mais recentemente, no RGTE, a OMS reconheceu os países onde os impostos correspondem a pelo menos 75% do preço de varejo como os países com melhor desempenho. Outros focaram na parcela dos impostos seletivos no preço de varejo, visto que esses impostos são mais importantes para aumentar o preço dos cigarros em relação a outros produtos e, portanto, terão um impacto maior no tabagismo. Cada medida tem seus pontos fortes e suas limitações. Por essas razões, o componente da alíquota tributária da Avaliação Comparativa é baseado na média das pontuações de dois indicadores - um com base em todos os impostos sobre cigarros e outro focado em impostos seletivos. A pontuação de cada um deles ocorre da seguinte forma:

	Pontuação - Alíquota Tributária Total:	Pontuação - Alíquota dos Impostos Seletivos:
	5: 75% da alíquota tributária total ou superior	5: 70% da alíquota tributária do imposto seletivo ou superior
	4: $65\% \leq \text{alíquota} < 75\%$	4: $60\% \leq \text{alíquota} < 70\%$
	3: $55\% \leq \text{alíquota} < 65\%$	3: $50\% \leq \text{alíquota} < 60\%$
	2: $45\% \leq \text{alíquota} < 55\%$	2: $40\% \leq \text{alíquota} < 50\%$
	1: $35\% \leq \text{alíquota} < 45\%$	1: $30\% \leq \text{alíquota} < 40\%$
	0: Alíquota tributária total < 35%	0: Alíquota tributária do imposto seletivo < 30%

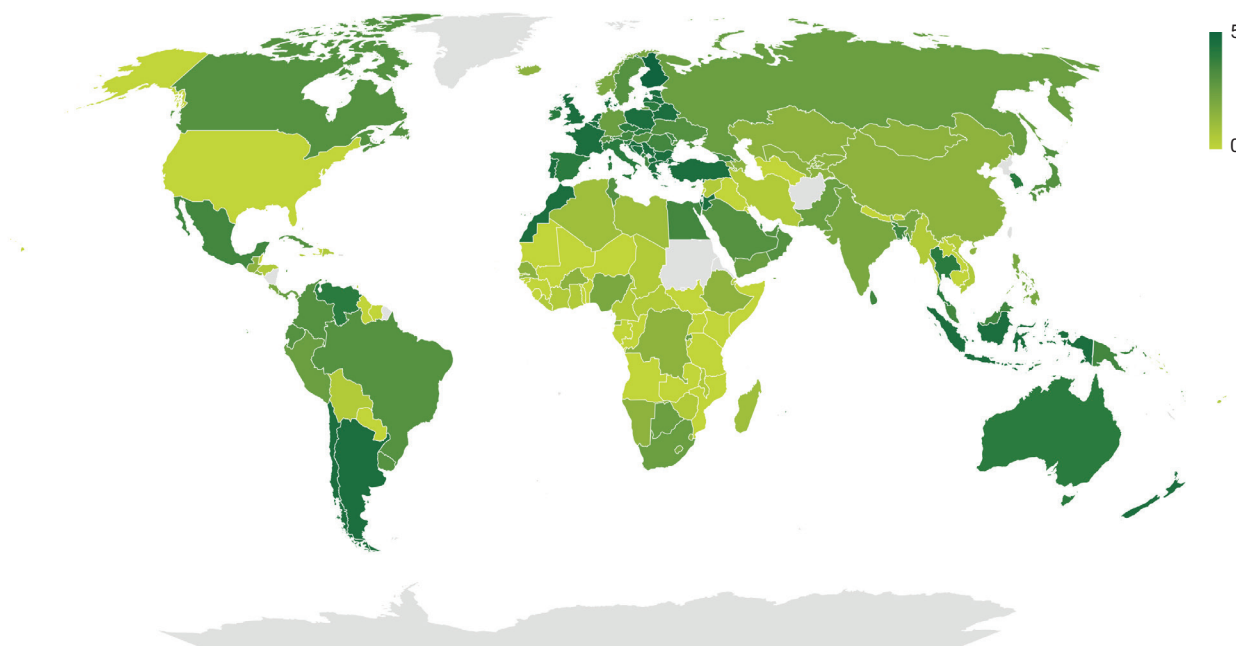
A Figura 7 apresenta as pontuações das alíquotas tributárias dos cigarros em 2024. Dos 185 países com dados disponíveis, **apenas um recebeu a pontuação mais alta de cinco** (ou seja, pontuando “5” tanto na alíquota tributária total como na alíquota do imposto seletivo), a Finlândia (90% e 70,67%, respectivamente). Outros 38 países receberam a pontuação mais alta por sua alíquota tributária total, mas não por sua alíquota de impostos seletivos. San Marino recebeu a pontuação mais alta para a alíquota do imposto seletivo por passar de 74%, mas recebeu uma pontuação mais baixa para a alíquota tributária total. No outro extremo, 39 países obtiveram pontuação zero em ambas as medidas.



Conforme a Tabela 8, as pontuações são mais altas na região europeia, em grande parte devido à diretiva tributária do tabaco da União Europeia, que exige que estados-membros adotem impostos seletivos sobre cigarros relativamente altos. Por outro lado, as alíquotas tributárias e pontuações são mais baixas na região africana. A região do Sudeste Asiático registrou os maiores ganhos médios, tanto na alíquota total como no imposto seletivo, entre 2022 e 2024. Nesse período, tanto a alíquota tributária total média como a alíquota média do imposto seletivo caíram nas regiões do Mediterrâneo Oriental e da Europa.

Apesar da recente queda no desempenho de países de alta renda, como acontece com os preços dos cigarros, as pontuações tendem a aumentar junto com a renda do país. A pontuação média da alíquota tributária é mais de quatro vezes maior em países de renda alta, em comparação com países de renda baixa.

Figura 7 Pontuação das alíquotas tributárias, 2024



Obs.: os países em cinza não dispõem de dados para gerar esta medida. Uma versão anterior da Avaliação Comparativa mostrava incorretamente vários países com dados faltantes, embora possuísem dados suficientes.

Tabela 8 Média total de alíquotas tributárias, alíquotas do imposto seletivo e pontuação da alíquota tributária, no âmbito global e por região da OMS, 2024

Região	AFR	AMR	EMR	EURO	SEAR	WPR	Global
Alíquota tributária total	41,47%	47,73%	50,38%	70,22%	58,20%	53,63%	54,19%
Mudança 2022–2024	(+0,65%)	(+1,68%)	(-4,35%)	(-1,25%)	(+13,01%)	(-0,93%)	(+0,26%)
Pontuação da alíquota tributária total	1,28	1,91	2,53	4,04	2,90	2,52	2,56
Mudança 2022–2024	(+0,01)	(+0,09)	(-0,24)	(-0,10)	(+0,90)	(-0,04)	(+0,01)
Alíquota tributária do imposto seletivo	25,87%	34,22%	31,61%	53,95%	39,77%	40,11%	38,56%
Mudança 2022–2024	(-0,04%)	(+1,99%)	(-4,97%)	(-1,27%)	(+7,19%)	(+0,88%)	(-0,06%)
Pontuação da alíquota do imposto seletivo	0,61	1,29	1,53	2,94	1,90	1,96	1,74
Mudança 2022–2024	(-0,05)	(+0,09)	(-0,30)	(-0,06)	(+0,45)	(+0,12)	(-0,01)
Pontuação combinada das alíquotas tributárias	0,95	1,60	2,03	3,49	2,40	2,24	2,15
Mudança 2022–2024	(-0,02)	(+0,09)	(-0,27)	(-0,08)	(+0,67)	(+0,04)	(+0,00)

Tabela 9 Média total de alíquotas tributárias, alíquotas do imposto seletivo e pontuação de alíquotas tributárias no âmbito global e por grupo de renda do Banco Mundial, 2024

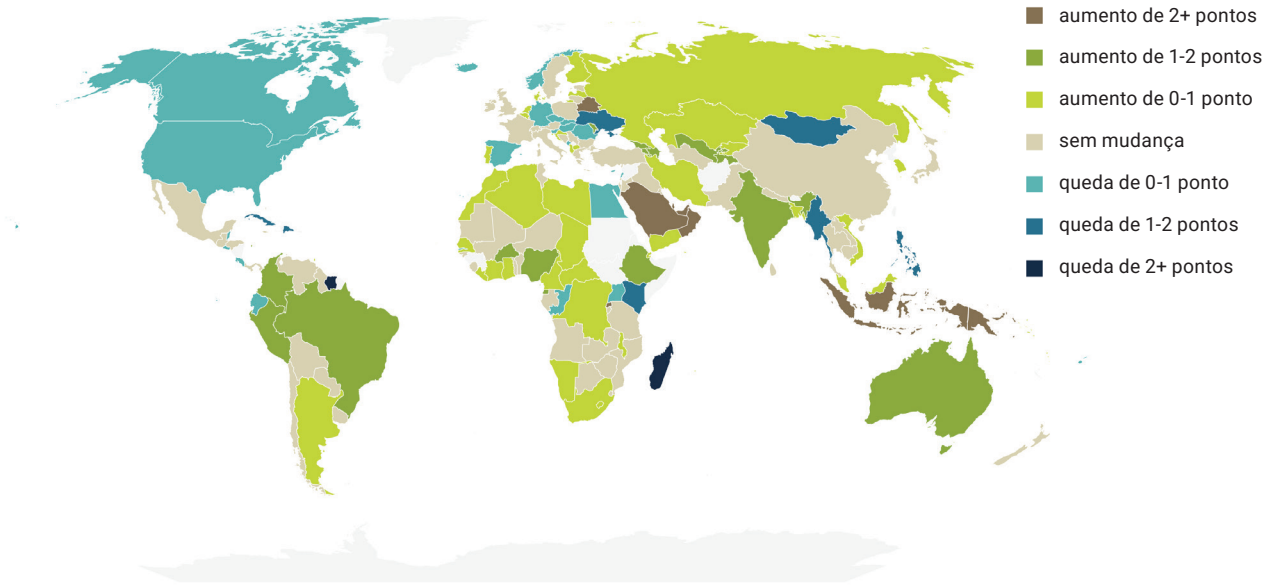
Grupo de renda	Baixa	Média-Baixa	Média-Alta	Alta	Global
Alíquota tributária total	37,72%	44,20%	55,48%	66,31%	54,19%
Mudança 2022–2024	(-1,72%)	(+0,58%)	(+0,53%)	(-1,01%)	(+0,26%)
Pontuação da alíquota tributária total	0,95	1,66	2,70	3,67	2,56
Mudança 2022–2024	(-0,33)	(+0,07)	(+0,06)	(-0,09)	(+0,01)
Alíquota tributária do imposto seletivo	23,10%	30,30%	38,18%	50,45%	38,56%
Mudança 2022–2024	(-2,19%)	(+0,84%)	(-0,79%)	(-0,75%)	(-0,06%)
Pontuação da alíquota do imposto seletivo	0,32	1,06	1,75	2,71	1,74
Mudança 2022–2024	(-0,35)	(+0,06)	(+0,04)	(-0,10)	(-0,01)
Pontuação combinada das alíquotas tributárias	0,64	1,36	2,23	3,19	2,15
Mudança 2022–2024	(-0,34)	(+0,07)	(+0,05)	(-0,09)	(+0,00)

Mudança ao Longo do Tempo

Conforme demonstrado na Figura 8 abaixo, nos últimos 10 anos houve apenas uma melhora modesta nas pontuações de alíquota tributária ao passar do tempo, com um aumento na pontuação média global de 1,92 em 2014, para 2,14 em 2022 e 2,15 em 2024. Dos 177 países com dados referentes a 2014 e 2024, 67 não apresentaram nenhuma mudança em sua pontuação. **As pontuações aumentaram em 73 países entre 2014 e 2024, lideradas por um aumento de 3,5 pontos no Catar e Timor-Leste, e de 3,0 pontos em alguns países do Conselho de Cooperação do Golfo (Bahrein, Omã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos), Bielorrússia e Papua Nova Guiné.** Ao mesmo tempo, a pontuação caiu entre 2014 e 2024 em 37 países. Nos últimos dez anos, outros 11 países registraram um aumento superior a dois pontos, enquanto dois países (Madagascar e Suriname) apresentaram uma queda maior do que dois pontos.



Figura 8 Mudanças nas pontuações das alíquotas tributárias dos países, 2014–2024




Obs.: os países em cinza não dispõem de dados para gerar esta medida. Uma versão anterior da Avaliação Comparativa mostrava incorretamente vários países com dados faltantes, embora possuíssem dados suficientes.

VI. Estrutura do Imposto Seletivo

A estrutura de um imposto seletivo determina sua eficácia no cumprimento de metas de saúde pública e de receita, sendo que estruturas tributárias simples e uniformes têm maior impacto e são mais fáceis de administrar. Estruturas com alíquotas que variam com base no preço, comprimento do cigarro, presença de filtro, embalagem, tipo e/ou nível de produção e/ou outros fatores tornam os impostos sobre cigarros mais difíceis de administrar e mais fáceis de evitar e, portanto, são significativamente menos eficazes. Já as estruturas que dependem apenas de impostos ad valorem são mais difíceis de administrar e vulneráveis à manipulação pela indústria. Este componente da Avaliação Comparativa avalia várias dimensões das estruturas dos impostos seletivos da seguinte forma:

Pontuação - Estrutura Tributária:

- 
- 5: Um imposto seletivo uniforme com ajuste automático pela inflação ou outro ajuste; ou um sistema misto uniforme, com maior alíquota do imposto seletivo e ajuste automático do componente específico, com o preço de varejo como a base do componente ad valorem e um imposto seletivo mínimo.
 - 4: Um imposto seletivo uniforme ou sistema misto uniforme, com uma alíquota maior de imposto seletivo, mas sem as demais características elencadas acima.
 - 3: Um sistema misto uniforme, com uma parcela maior do imposto ad valorem.
 - 2: Um imposto uniforme ad valorem.
 - 1: Um imposto seletivo progressivo ou ad valorem.
 - 0: Nenhum imposto seletivo.

A Figura 9 apresenta as pontuações em 2024. Dos 185 países com dados disponíveis, 21 receberam a pontuação mais alta de cinco. Entre eles, incluem-se países de quatro das seis regiões, África, Américas, Europa e Pacífico Ocidental, sugerindo que as boas práticas se difundiram amplamente em todo o mundo. Ademais, países dos quatro grupos de renda obtiveram uma pontuação de cinco, e países com estruturas tributárias fortes apresentam uma média geral de 2,71 (em comparação com 2,01 no geral), sugerindo que tendem a ter um desempenho geral melhor. Em outras palavras, a estrutura geralmente ajuda a impulsionar o desempenho nas outras áreas da Avaliação Comparativa. A maioria dos países que pontuam cinco neste componente implementaram um imposto seletivo uniforme sobre cigarros automaticamente ajustado pela inflação ou por outros fatores. Apenas Montenegro, Macedônia do Norte, República da Moldávia e Rússia aplicam um sistema misto uniforme, com uma alíquota mais alta para o imposto seletivo, um ajuste automático para o imposto seletivo, uma base de preço de varejo para o imposto ad valorem e um imposto seletivo mínimo. Outros 67 países utilizam um imposto seletivo uniforme que não é ajustado automaticamente

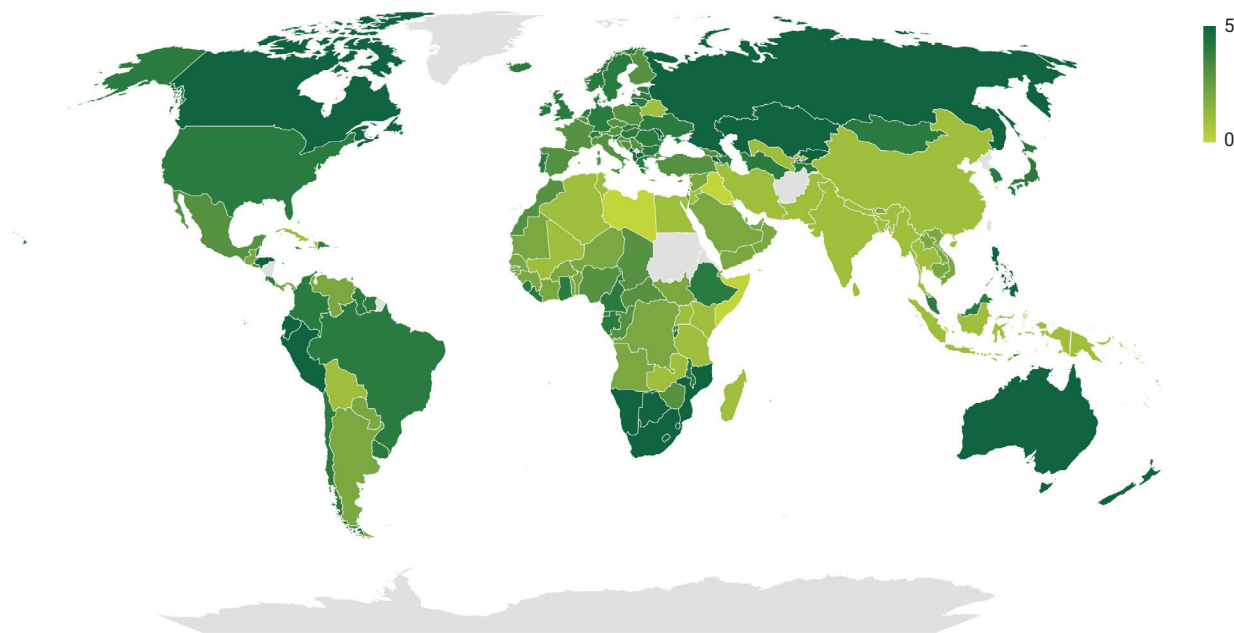
ou um sistema misto com uma alíquota maior de imposto seletivo, que não inclui as três características exigidas para a pontuação mais alta. Esses governos estão muito perto de alcançar uma estrutura ideal, mas muitas vezes a incapacidade de implementar algumas dessas últimas características têm consequências importantes para esforços a longo prazo para tornar os produtos de tabaco menos acessíveis. Vinte e cinco países usam um sistema uniforme misto, que atribui maior peso ao componente ad valorem, enquanto 34 aplicam um imposto ad valorem uniforme. Trinta países (um aumento dos 28 em 2022, e 27 em 2020) utilizam alguma forma de estrutura progressiva de imposto seletivo, com alíquotas que variam com base no preço, comprimento do cigarro, presença de filtro, embalagem de cigarro, tipo e/ou nível de produção e/ou outros fatores. Essas estruturas são problemáticas, e esses governos tendem a ter um desempenho ruim no geral. Conforme mencionado acima, nove países não possuem imposto de consumo específico sobre cigarros.

A Tabela 10 apresenta as pontuações médias das estruturas tributárias por regiões da OMS. A região Europeia e a região das Américas são as com melhor desempenho neste componente. As regiões com as pontuações mais baixas são o Sudeste Asiático e o Mediterrâneo Oriental. A pontuação baixa para a região do Sudeste Asiático reflete os sistemas escalonados de impostos seletivos sobre cigarros em vigor em muitos dos países da região, incluindo Bangladesh, Índia, Indonésia, Myanmar, Nepal, Sri Lanka e Tailândia. A pontuação baixa para a região do Mediterrâneo Oriental resulta da falta de um imposto seletivo sobre cigarros em vários países, incluindo o Iraque, Kuwait, Líbia e a Somália, e da dependência de estruturas baseadas em ad valorem em muitos outros. **De 2022 a 2024, a região do Pacífico Ocidental apresentou os maiores ganhos na pontuação média da estrutura tributária**, enquanto a média na África caiu ligeiramente.



A Tabela 11 apresenta as pontuações médias por grupos de renda do Banco Mundial. O grupo de países de alta renda continua a apresentar a melhor média, com um ligeiro aumento entre 2022 e 2024, seguido pelo grupo de países de renda média-alta. Vale ressaltar que a média do grupo de países de baixa renda ainda era superior à do grupo de países de renda média-baixa, embora este último tenha apresentado melhorias nos últimos dois anos, enquanto o primeiro apresentou uma queda na média.

Figura 9 Pontuação das estruturas tributárias, 2024



Obs.: os países em cinza não dispõem de dados para gerar esta medida. Uma versão anterior da Avaliação Comparativa mostrava incorretamente vários países com dados faltantes, embora possuíssem dados suficientes.

Tabela 10 Pontuação média da estrutura tributária, no âmbito global e por região da OMS, 2024

Região	AFR	AMR	EMR	EURO	SEAR	WPR	Global
Pontuação	2,98	3,32	1,26	3,62	1,30	2,87	2,95
Mudança 2022–2024	(-0,07)	(+0,09)	(+0,03)	(-0,01)	(+0,12)	(+0,19)	(+0,03)

Tabela 11 Pontuação média da estrutura tributária, no âmbito global e por grupo de renda do Banco Mundial, 2024

Grupo de renda	Baixa	Média-Baixa	Média-Alta	Alta	Global
Pontuação	2,59	2,36	3,08	3,40	2,95
Mudança 2022–2024	(-0,12)	(+0,03)	(+0,02)	(+0,02)	(+0,03)

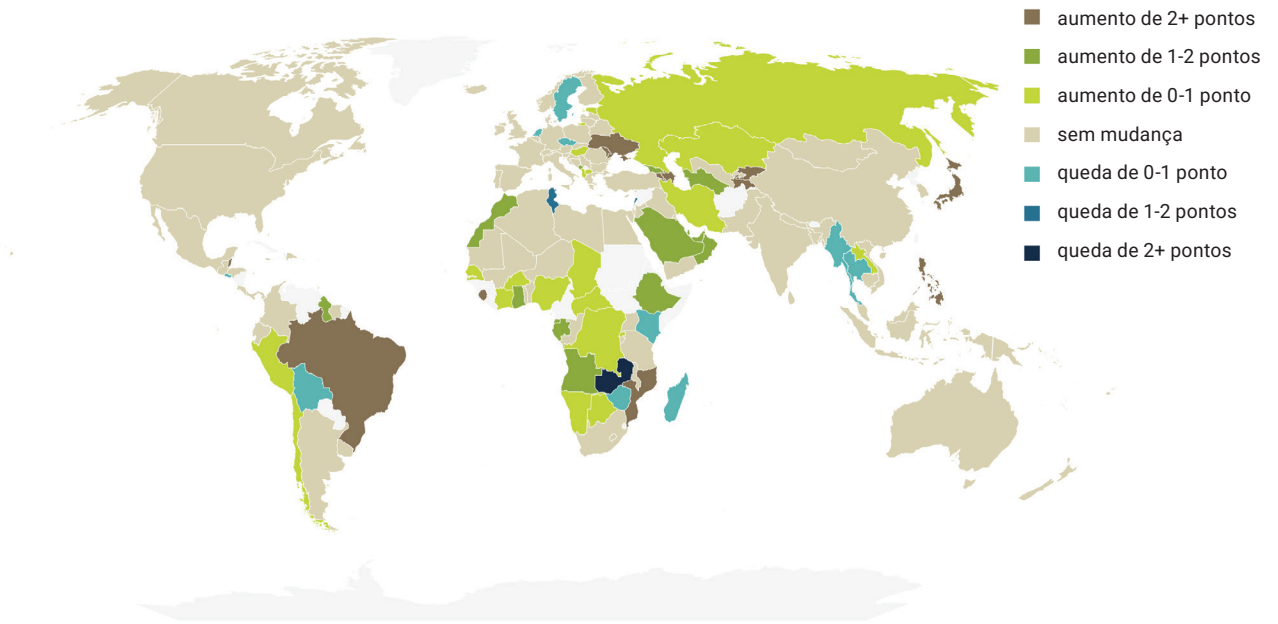
Mudança ao Longo do Tempo

Conforme demonstrado na Figura 10 abaixo, as pontuações da estrutura tributária melhoraram em alguns países, passando de uma pontuação média global de 2,46 em 2014 para 2,92 em 2022, e para 2,95 em 2024. No entanto, a maioria dos países não alterou as suas estruturas tributárias nos últimos dois anos. As mudanças mais significativas foram implementadas na Armênia, Belize, Quirguistão, Moçambique, Filipinas, República da Moldávia e Serra Leoa desde 2014. Outros 44 países melhoraram sua pontuação de estrutura tributária no período mais longo, de 2014 a 2024. Uma melhoria comum foi eliminar uma estrutura progressiva em favor de uma que tratasse os cigarros de maneira uniforme. Outras melhorias importantes que os países com desempenho mais elevado implementaram foram os ajustes automáticos do seu imposto seletivo, para acompanhar ou superar a inflação e/ou o crescimento da renda real, e a mudança para o preço de varejo como base para um componente ad valorem do imposto.

Por outro lado, treze países viram sua pontuação na estrutura tributária cair entre 2014 e 2024, incluindo o Quênia (que reinstaurou um imposto seletivo progressivo em 2015) e a Tailândia (substituição de um imposto ad valorem uniforme por um imposto ad valorem progressivo de fato, com base no preço de varejo). As maiores quedas de pontuação foram observadas na Zâmbia, Líbano e Tunísia. Para o Líbano, a queda deve-se ao fato do governo ter introduzido uma isenção do imposto seletivo sobre o tabaco para produtores locais neste período, provavelmente destinado a desencorajar as importações e o consumo delas. Previsivelmente, as marcas locais são as mais vendidas, portanto, na prática não existe um imposto seletivo eficaz. Assim, o Líbano recebeu nota zero pela sua estrutura tributária. Zâmbia e Tunísia também introduziram estruturas tributárias progressivas

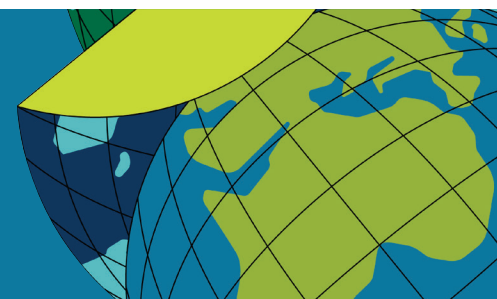
Figura 10

Mudanças na pontuação das estruturas tributárias dos países, 2014–2024



Obs.: os países em cinza não dispõem de dados para gerar esta medida. Uma versão anterior da Avaliação Comparativa mostrava incorretamente vários países com dados faltantes, embora possuíssem dados suficientes.

VII. Limitações



O cálculo de quatro componentes desenvolvido neste relatório tem várias limitações. Ele não inclui uma medida da eficácia da administração tributária, que é fundamental para minimizar a evasão e a sonegação fiscal. A Avaliação Comparativa, portanto, pode exagerar a força dos sistemas fiscais em alguns países com impostos e preços altos, acessibilidade em queda e boas estruturas tributárias. Até certo ponto, o componente de estrutura tributária irá refletir alguns aspectos da administração tributária, visto que impostos seletivos simples e uniformes são mais fáceis de administrar e criam menos oportunidades de evasão e sonegação fiscal (em outras palavras, comércio ilícito), mas esse componente não considera outros aspectos-chave da administração tributária.

Uma segunda limitação é o foco na tributação do cigarro, dada a falta de dados abrangentes e confiáveis sobre a tributação de outros produtos do tabaco. Até mesmo obter preços sistematicamente entre países e ao longo do tempo é difícil. A questão de outros produtos do tabaco – incluindo bidis, tabaco sem fumaça e tabaco para narguilé – é de particular importância para os países onde o seu consumo é elevado, principalmente no Sul da Ásia. Da mesma forma, a Avaliação Comparativa não leva em consideração produtos mais novos, como os cigarros eletrônicos e produtos de tabaco aquecido. Se os impostos e preços desses outros produtos forem baixos em relação aos dos cigarros, haverá oportunidades de substituição por produtos relativamente mais baratos, reduzindo os benefícios para a saúde e as receitas de impostos.

Vários dos componentes que compõem a pontuação geral - incluindo o preço do cigarro, mudanças na acessibilidade e alíquotas tributárias - são limitados à marca de cigarro mais vendida em cada país. Por isso, não refletem a variabilidade nos preços e as oportunidades para fumantes mudarem para marcas mais baratas à medida que os impostos e os preços dos cigarros aumentam. Mais uma vez, isso é parcialmente (mas não totalmente) capturado pelo componente de estrutura tributária, visto que as estruturas com pontuação mais alta são aquelas que reduzem a variabilidade dos preços entre as marcas de cigarro.

Além disso, alguns componentes são altamente dependentes das estratégias de precificação das empresas de cigarros. Na medida em que as empresas de cigarros aumentam os preços em valores mais altos do que o incremento em impostos - comportamento comumente chamado de “excesso de mudança” -, o componente de alíquota tributária talvez não reflita totalmente os aumentos de impostos implantados em vários países. O oposto ocorre nos casos de “falta de mudança”, quando as empresas de tabaco absorvem parcialmente os aumentos de impostos, embora geralmente isso seja feito apenas temporariamente. Por outro lado, alguns países podem pontuar bem no componente de acessibilidade, apesar de terem aumentos modestos nos impostos sobre cigarros, se as empresas tiverem aumentado os preços em valores maiores do que os incrementos tributários. A saúde pública nesses países ainda se beneficiará frequentemente dos preços mais elevados porque o consumo irá provavelmente diminuir, mas a maior parte da diferença dos novos preços irá para as empresas, e não para as receitas fiscais do governo. Da mesma forma, se os preços da indústria forem muito baixos, as alíquotas tributárias podem ser muito altas, mas os valores de varejo podem permanecer baixos, deixando os cigarros bastante acessíveis. Até certo ponto, os componentes da pontuação geral abordam algumas dessas limitações, embora de forma imperfeita.

Finalmente, os limites usados na determinação das pontuações dos componentes individuais são, em grande medida, arbitrários. Dito isso, esses limites são, em parte, baseados em recomendações relevantes e evidências empíricas, bem como na distribuição dos dados para cada componente. Embora mudanças nos limites possam alterar as pontuações gerais e específicas do componente, as modificações teriam menos impacto nas pontuações relativas (entre países e/ou ao longo do tempo).

Apesar dessas limitações, esta Avaliação Comparativa fornece a avaliação mais abrangente dos sistemas tributários de cigarro até o momento. Conforme dados mais abrangentes e consistentemente coletados sobre a administração tributária, outros produtos de tabaco e fatores diversos se tornem disponíveis, a Avaliação Comparativa será refinada e melhorada.

VIII. Conclusão



Esta quarta edição da Avaliação Comparativa (com dados de 2024) mostra que a pontuação média global praticamente não mudou desde a terceira edição (dados de 2022). Isso sugere que, de forma geral, as políticas tributárias sobre o tabaco simplesmente não estão melhorando o suficiente para gerar benefícios fiscais e de saúde pública positivos, conforme observamos em alguns países com melhor desempenho tributário em relação ao tabaco nas últimas duas décadas. De 2014 a 2020, a pontuação média global aumentou de 1,90 (de 5,00) para 2,24, mas caiu novamente para 2,01 com os dados de 2024. A Avaliação Comparativa anterior revelou que, de 2020 a 2022, as pontuações médias gerais em todas as regiões da OMS e grupos de renda diminuíram. Essa edição mostra que, de 2022 a 2024, apenas as pontuações médias gerais das regiões da África e do Pacífico Ocidental diminuíram, enquanto apenas a pontuação geral do grupo de países de renda média-baixa aumentou (e apenas ligeiramente). Em 2022, a terceira edição mostrou que bem menos da metade dos países (69 dos 171) para os quais havia dados disponíveis obtiveram 2,50 ou mais de um máximo de cinco pontos, mas nesta edição esse número caiu para 60. Isso indica uma grande oportunidade perdida para melhorar a saúde pública e contribuir para o crescimento econômico equitativo por meio de uma melhor tributação do tabaco.

Na última edição, houve uma grande mudança no componente de acessibilidade, mas na direção errada, já que a acessibilidade dos cigarros não apresentou nenhuma mudança ou os cigarros ficaram mais acessíveis em vários países. Infelizmente, essa situação continua sendo extremamente problemática: a variação média das pontuações de acessibilidade para todas as regiões diminuiu e, em média, os cigarros ficaram mais acessíveis em todas as regiões.

Uma segunda questão que parece estar surgindo nesta edição é a do preço: por um lado, os preços apresentaram aumento em todas as regiões, ao contrário da última edição, na qual observamos queda nos preços em muitos países. Mas, ao mesmo tempo, as pontuações de acessibilidade mostram que esses aumentos não são suficientes para tornar os cigarros menos acessíveis na maioria dos países. Além disso, na maioria dos países essas mudanças não decorrem de aumentos nos impostos sobre o tabaco. Isso significa que as novas receitas provenientes desses aumentos de preços vão para as empresas de tabaco. Ironicamente, em muitos casos, essas mesmas empresas atuam fortemente para tentar manter os impostos baixos e evitar prejuízos aos seus negócios, mas ficam mais do que felizes em aumentar os preços por conta própria e colher os frutos. Em resumo, todos os governos poderiam aumentar substancialmente seus impostos e usar as receitas adicionais para reduzir os custos com saúde e aumentar a produtividade econômica de uma população que fuma menos.

Embora a adoção esmagadora da CQCT a nível mundial tenha sido uma grande vitória para a saúde pública, o progresso lento e desigual com relação ao Artigo 6 é um desafio constante. A falta de implementação de políticas fiscais eficazes sobre cigarros em grande parte atrapalha os avanços do objetivo da CQCT de acabar com a epidemia global do tabaco. Esperamos que, por meio do monitoramento sistemático e de publicações como esta Avaliação Comparativa, os países percebam suas deficiências no contexto do consenso global sobre as boas práticas e atuem de forma vigorosa para acelerar o progresso nas políticas fiscais sobre cigarros, de modo que todo o potencial de saúde e receitas do Artigo 6 da CQCT seja concretizado.



Referências

- Ali FR., DeLong P., Guerrero-López C.M., Rodriguez-Iglesias, G., & Drope, J. (2025). Global cigarette market: trends in sales, pricing and estimates of price elasticity across WHO regions (2008–2022). *Tobacco Control*. <https://tobaccocontrol.bmj.com/content/tobaccocontrol/early/2025/08/05/tc-2025-059487.full.pdf>.
- Dai, X., Gakidou, E., & López, A. (2022). Evolution of the global smoking epidemic over the past half century: Strengthening the evidence base for policy action. *Tobacco Control* 31: 129-137. <https://doi.org/10.1136/tobaccocontrol-2021-056535>.
- Drope, J., Hamil, S., Chaloupka, F., Guerrero, C., Lee, H. M., Mirza, M., Mouton, A., Murukutla, N., Ngo, A., Perl, R., Rodriguez-Iglesias, G., Schluger, N., Siu, E., & Vulovic, V. (2022). The tobacco atlas. Vital Strategies and Tobacconomics. <https://tobaccoatlas.org/>.
- Drope, J. & Powell, L. (2024). Evidence and opportunities for using fiscal policy to promote health. Prepared for the Task Force on Fiscal Policy for Health. Centro para o Desenvolvimento Global.
- Framework Convention on Tobacco Control, Secretariat. (2023). The Investment Case for Tobacco Control. ISBN: OMS/FCTC/2023.2. Número de referência da OMS: OMS/FCTC/2023.2. <https://fctc.who.int/resources/publications/m/item/the-global-case-for-investment-in-tobacco-control>.
- Fundo Monetário Internacional. (2024). World economic outlook. <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2024/04/16/world-economic-outlook-april-2024>
- Jha, P. & Chaloupka, F. J. (1999). Curbing the epidemic: Governments and the economics of tobacco control. Grupo do Banco Mundial. <http://documents1.worldbank.org/curated/en/914041468176678949/pdf/multi-page.pdf>
- Lane, C. (2024). Navigating the pandemic: Health taxes and the financial performance of large tobacco, alcohol, and beverage companies. CGD Note. Washington DC: Centro para o Desenvolvimento Global. <https://www.cgdev.org/publication/navigating-pandemic-health-taxes-and-financial-performance-large-tobacco-alcohol-and>.
- Nargis, N., Oo, S.M.T., & Drope, J. (2025). Cost Recovery and Revenue Estimator. In Drope J, Hamill S, editors, *Tobacco Atlas*. Nova Iorque: Vital Strategies and Johns Hopkins University. Disponível em: <https://tobaccoatlas.org/corre/>,
- Ngo, A., Drope, J., Guerrero-López, C. M., Siu, E., & Chaloupka, F. J. (2024). As countries improve their cigarette tax policy, cigarette consumption declines. *Tobacco Control*, 33(e1), e91-6. <https://doi.org/10.1136/tc-2022-057486>.
- Paraje, G., Flores Muñoz, M., Wu, D. C., & Jha, P. (2024). Reductions in smoking due to ratification of the Framework Convention for Tobacco Control in 171 countries. *Nature Medicine*, 6, 1-7. <https://doi.org/10.1038/s41591-024-02806-0>.

Sheikh, Z.D., Branston, Jr., & Gilmore, AB. (2023). Tobacco industry pricing strategies in response to excise tax policies: a systematic review. *Tobacco Control*, 32(2), 239-50. <https://doi.org/10.1136/tobaccocontrol-2021-056630>.

EUA. Instituto Nacional do Câncer dos EUA e Organização Mundial da Saúde (NCI e OMS). (2018). The economics of tobacco and tobacco control. The economics of tobacco and tobacco control. Monografia 21 sobre o Controle do Tabaco do Instituto Nacional do Câncer. Publicação NIH N° 16-CA-8029A. EUA. Departamento de Saúde e Serviços Humanos e Organização Mundial da Saúde. https://cancercontrol.cancer.gov/sites/default/files/2020-06/m21_complete.pdf

Banco Mundial. (2017). Tobacco tax reform at the crossroads of health and development: A multisectoral perspective. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/28494>

Organização Mundial da Saúde. (2003). WHO framework convention on tobacco control. <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42811/9241591013.pdf>

Organização Mundial da Saúde. (2010). WHO technical manual on tobacco tax administration. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44316/9789241563994_eng.pdf

Organização Mundial da Saúde. (2014). Guidelines for implementation of Article 6 of WHO FCTC. http://www.who.int/fctc/treaty_instruments/Guidelines_article_6.pdf

Organização Mundial da Saúde. (2015). WHO report on the global tobacco epidemic, 2015. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/178574/9789240694606_eng.pdf

Organização Mundial da Saúde. (2017). WHO report on the global tobacco epidemic, 2017. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/255874>

Organização Mundial da Saúde. (2019). WHO report on the global tobacco epidemic, 2019. <https://www.who.int/publications/i/item/9789241516204>

Organização Mundial da Saúde. (2021). WHO report on the global tobacco epidemic, 2021. <https://www.who.int/teams/health-promotion/tobacco-control/global-tobacco-report-2021>

Organização Mundial da Saúde. (2021). WHO technical manual on tobacco tax policy and administration. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/340659>

Organização Mundial da Saúde (2023). WHO report on the global tobacco epidemic, 2023: Protect people from tobacco smoke. <https://www.who.int/publications/i/item/9789240077164>.

Apêndices

Tabela 1 do Apêndice Classificação geral das pontuações de impostos sobre cigarros, 2024

País	Pontuação geral 2024	País	Pontuação geral 2024
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	4,13	Polônia	2,88
Finlândia	4,00	Portugal	2,88
Bélgica	3,88	Romênia	2,88
Filipinas	3,75	Dominica	2,75
Nova Zelândia	3,63	Hungria	2,75
Austrália	3,50	Lituânia	2,75
Lesoto	3,50	Nigéria	2,75
Ucrânia	3,50	Noruega	2,75
Reino da Holanda	3,38	Eslovênia	2,75
Vanuatu	3,38	Albânia	2,63
Chéquia	3,25	Bahamas	2,63
Equador	3,25	Bósnia e Herzegovina	2,63
Irlanda	3,25	Botswana	2,63
Singapura	3,25	Bulgária	2,63
Eslováquia	3,25	Alemanha	2,63
Turcomenistão	3,25	Cazaquistão	2,63
Dinamarca	3,13	Malawi	2,63
França	3,13	Peru	2,63
Malásia	3,13	República da Moldávia	2,63
Malta	3,13	Andorra	2,50
Maurício	3,13	Bahrein	2,50
Seychelles	3,13	Itália	2,50
Canadá	3,00	Omã	2,50
Montenegro	3,00	Santa Lúcia	2,50
Chile	2,88	Arábia Saudita	2,50
Estônia	2,88	Espanha	2,50
Gâmbia	2,88	Suécia	2,50
Grécia	2,88	Suíça	2,50
Israel	2,88	Áustria	2,38
Letônia	2,88	Croácia	2,38
Marrocos	2,88	Chipre	2,38
Macedônia do Norte	2,88	República Dominicana	2,38
		Essuatíni	2,38

Tabela 1 do Apêndice Classificação geral das pontuações de impostos sobre cigarros, 2024

País	Pontuação geral 2024	País	Pontuação geral 2024
Geórgia	2,38	Fiji	1,63
Honduras	2,38	Gana	1,63
Islândia	2,38	Papua Nova Guiné	1,63
Jamaica	2,38	Ruanda	1,63
México	2,38	Tajiquistão	1,63
Namíbia	2,38	Trinidade e Tobago	1,63
Paquistão	2,38	Belize	1,50
Panamá	2,38	Índia	1,50
Catar	2,38	Moçambique	1,50
Federação Russa	2,38	São Vicente e Granadinas	1,50
Sérvia	2,38	Bangladesh	1,38
África do Sul	2,38	Burundi	1,38
Sri Lanka	2,38	Camarões	1,38
Turquia	2,38	Guiné Equatorial	1,38
Colômbia	2,25	Guatemala	1,38
Costa Rica	2,25	Libéria	1,38
Japão	2,25	Mongólia	1,38
Tailândia	2,25	São Tomé e Príncipe	1,38
Timor-Leste	2,25	Argélia	1,25
Emirados Árabes Unidos	2,25	Nepal	1,25
Uruguai	2,25	Paraguai	1,25
Argentina	2,13	Tunísia	1,25
Armênia	2,13	Burkina Faso	1,13
Granada	2,13	China	1,13
Indonésia	2,13	Nauru	1,13
Jordânia	2,13	Senegal	1,13
Luxemburgo	2,13	Uzbequistão	1,13
Samoa	2,13	Angola	1,00
Brasil	2,00	Antígua e Barbuda	1,00
Cabo Verde	2,00	Congo	1,00
Suriname	2,00	Quênia	1,00
Barbados	1,88	São Cristóvão e Neves	1,00
El Salvador	1,88	Serra Leoa	1,00
Quirguistão	1,88	República Centro-Africana	0,88
Comores	1,75	Chade	0,88
Gabão	1,75	Costa do Marfim	0,88
Guiana	1,75	República Democrática do Congo	0,88
Kiribati	1,75	Vietnã	0,88
Maldivas	1,75	Zimbábue	0,88
Estados Unidos da América	1,75	Benim	0,75
Azerbaijão	1,63	Madagascar	0,75
Bielorrússia	1,63	Mauritânia	0,75
Egito	1,63	Ilhas Salomão	0,75
Etiópia	1,63	Togo	0,75

Tabela 1 do Apêndice Classificação geral das pontuações de impostos sobre cigarros, 2024

País	Pontuação geral 2024	País	Pontuação geral 2024
República Unida da Tanzânia	0,75	Ilhas Cook	.
Zâmbia	0,75	Cuba	.
Estado Plurinacional da Bolívia	0,63	República Popular Democrática da Coreia	.
República Islâmica do Irã	0,63	Djibouti	.
Myanmar	0,63	Eritreia	.
Camboja	0,50	Líbano	.
Guiné	0,50	Estados Federados da Micronésia	.
Guiné-Bissau	0,50	Mônaco	.
Haiti	0,50	Nicarágua	.
República Democrática Popular do Laos	0,50	Niue	.
Mali	0,50	Palau	.
Níger	0,50	República da Coreia	.
Uganda	0,50	San Marino	.
Iraque	0,25	Sudão do Sul	.
Kuwait	0,25	Sudão	.
Líbia	0,25	Tonga	.
Ilhas Marshall	0,25	Turcomenistão	.
Somália	0,00	Ucrânia	.
Afeganistão	.	República Bolivariana da Venezuela	.
Butão	.	Iêmen	.
Brunei Darussalam	.		

* Obs.: para pontuações gerais dos países marcadas por (.) não há dados suficientes.

Tabela 2 do Apêndice Pontuação geral e componentes dos impostos sobre cigarros por país, 2024

País	Preço Absoluto	Mudança de Acessibilidade	Alíquota Tributária	Estrutura Tributária	Pontuação geral
Afeganistão	.	0	.	.	.
Albânia	2	0*	3,5	5	2,63
Argélia	3	0	1	1	1,25
Andorra	2	0	4	4	2,50
Angola	2	0	0	2	1,00
Antígua e Barbuda	2	0	0	2	1,00
Argentina	2	0	4,5	2	2,13
Armênia	2	0	1,5	5	2,13
Austrália	5	0	4	5	3,50
Áustria	3	0	3,5	3	2,38
Azerbaijão	1	0	1,5	4	1,63
Bahamas	5	0	1,5	4	2,63
Bahrein	5	0	3	2	2,50
Bangladesh	1	0*	3,5	1	1,38
Barbados	3	0	0,5	4	1,88
Bielorrússia	1	0	4,5	1	1,63
Bélgica	5	3	4,5	3	3,88
Belize	2	0	0	4	1,50
Benim	1	0*	0	2	0,75
Butão	.	0	0	2	.
Estado Plurinacional da Bolívia	1	0	0,5	1	0,63
Bósnia e Herzegovina	3	0*	4,5	3	2,63
Botswana	3	0	2,5	5	2,63
Brasil	1	0	3	4	2,00
Brunei Darussalam
Bulgária	2	0*	4,5	4	2,63
Burkina Faso	1	0	1,5	2	1,13
Burundi	1	0	0,5	4	1,38
Cabo Verde	3	0	1	4	2,00
Camboja	0	0*	0	2	0,50
Camarões	1	0	0,5	4	1,38
Canadá	4	0	3	5	3,00
República Centro-Africana	0	0*	0,5	3	0,88
Chade	0	0	0,5	3	0,88
Chile	3	0	4,5	4	2,88
China	2	0*	1,5	1	1,13
Colômbia	2	0	3	4	2,25
Comores	1	0	4	2	1,75

Tabela 2 do Apêndice Pontuação geral e componentes dos impostos sobre cigarros por país, 2024

País	Preço Absoluto	Mudança de Acessibilidade	Alíquota Tributária	Estrutura Tributária	Pontuação geral
Congo	1	0	0	3	1,00
Ilhas Cook	.	.	4	4	.
Costa Rica	3	0	2	4	2,25
Croácia	2	0*	4,5	3	2,38
Cuba	.	0	3	1	.
Chipre	3	0*	3,5	3	2,38
Chéquia	4	2	4	3	3,25
Costa do Marfim	1	0	0,5	2	0,88
República Popular Democrática da Coreia
República Democrática do Congo	0	0*	1,5	2	0,88
Dinamarca	4	0	4,5	4	3,13
Djibouti	1	.	0,5	2	.
Dominica	2	5	0	4	2,75
República Dominicana	5	0	0,5	4	2,38
Equador	5	0	3	5	3,25
Egito	2	0	3,5	1	1,63
El Salvador	3	0	1,5	3	1,88
Guiné Equatorial	0	0	1,5	4	1,38
Eritreia
Estônia	3	0	4,5	4	2,88
Essuatíni	3	0	1,5	5	2,38
Etiópia	1	0	1,5	4	1,63
Fiji	5	0	0,5	1	1,63
Finlândia	5	3	5	3	4,00
França	5	0	4,5	3	3,13
Gabão	3	0	0	4	1,75
Gâmbia	3	4	0,5	4	2,88
Geórgia	3	0	3,5	3	2,38
Alemanha	4	0	2,5	4	2,63
Gana	2	0	0,5	4	1,63
Grécia	3	0*	4,5	4	2,88
Granada	3	0	3,5	2	2,13
Guatemala	2	0*	1,5	2	1,38
Guiné	0	0	0	2	0,50
Guiné-Bissau	0	0*	0	2	0,50
Guiana	3	0*	0	4	1,75
Haiti	1	0	0	1	0,50

Tabela 2 do Apêndice Pontuação geral e componentes dos impostos sobre cigarros por país, 2024

País	Preço Absoluto	Mudança de Acessibilidade	Alíquota Tributária	Estrutura Tributária	Pontuação geral
Honduras	2	2	0,5	5	2,38
Hungria	4	0	3	4	2,75
Islândia	4	0	1,5	4	2,38
Índia	3	0*	2	1	1,50
Indonésia	3	0	4,5	1	2,13
República Islâmica do Irã	1	0	0,5	1	0,63
Iraque	1	0	0	0	0,25
Irlanda	5	0	4	4	3,25
Israel	4	0*	4,5	3	2,88
Itália	3	0	4	3	2,50
Jamaica	5	0*	0,5	4	2,38
Japão	2	0	3	4	2,25
Jordânia	3	0	4,5	1	2,13
Cazaquistão	1	3	1,5	5	2,63
Quênia	3	0	0	1	1,00
Kiribati	3	0	0	4	1,75
Kuwait	1	0	0	0	0,25
Quirguistão	1	0	1,5	5	1,88
República Democrática Popular do Laos	0	0*	0	2	0,50
Letônia	3	0	4,5	4	2,88
Líbano	.	1	0	0	.
Lesoto	4	3	2	5	3,50
Libéria	1	0	0,5	4	1,38
Líbia	0	0	1	0	0,25
Lituânia	3	0*	4	4	2,75
Luxemburgo	2	0	3,5	3	2,13
Madagascar	1	0*	1	1	0,75
Malawi	1	5	0,5	4	2,63
Malásia	5	0*	3,5	4	3,13
Maldivas	5	0	2	0	1,75
Mali	1	0*	0	1	0,50
Malta	4	0*	4,5	4	3,13
Ilhas Marshall	1	0	0	0	0,25
Mauritânia	1	0*	0	2	0,75
Maurício	4	0	4,5	4	3,13
México	3	0	3,5	3	2,38
Estados Federados da Micronésia	.	0	.	.	.

Tabela 2 do Apêndice Pontuação geral e componentes dos impostos sobre cigarros por país, 2024

País	Preço Absoluto	Mudança de Acessibilidade	Alíquota Tributária	Estrutura Tributária	Pontuação geral
Mônaco	.	0	0	0	.
Mongólia	0	0*	1,5	4	1,38
Montenegro	3	0*	4	5	3,00
Marrocos	2	2	4,5	3	2,88
Moçambique	1	0	0	5	1,50
Myanmar	1	0	0,5	1	0,63
Namíbia	3	0	1,5	5	2,38
Nauru	4	0	0,5	0	1,13
Nepal	4	0	0	1	1,25
Reino da Holanda	5	0	4,5	4	3,38
Nova Zelândia	5	0	4,5	5	3,63
Nicarágua
Níger	0	0*	0	2	0,50
Nigéria	1	5	2	3	2,75
Niue
Macedônia do Norte	2	0	4,5	5	2,88
Noruega	5	0	2	4	2,75
Omã	5	0	3	2	2,50
Paquistão	1	5	2,5	1	2,38
Palau	.	0	4,5	4	.
Panamá	5	0	2,5	2	2,38
Papua Nova Guiné	2	0	3,5	1	1,63
Paraguai	0	3	0	2	1,25
Peru	3	0	2,5	5	2,63
Filipinas	3	5	2	5	3,75
Polônia	4	0*	4,5	3	2,88
Portugal	3	0*	4,5	4	2,88
Catar	4	0	3,5	2	2,38
República da Coreia	.	0*	4	4	.
República da Moldávia	2	0	3,5	5	2,63
Romênia	4	0*	3,5	4	2,88
Federação Russa	2	0	2,5	5	2,38
Ruanda	1	0	2,5	3	1,63
São Cristóvão e Neves	2	0	0	2	1,00
Santa Lúcia	4	0	2	4	2,50
São Vicente e Granadinas	2	0*	0	4	1,50
Samoa	3	0	1,5	4	2,13
San Marino	.	0*	4,5	2	.
São Tomé e Príncipe	0	0*	1,5	4	1,38

Tabela 2 do Apêndice Pontuação geral e componentes dos impostos sobre cigarros por país, 2024

País	Preço Absoluto	Mudança de Acessibilidade	Alíquota Tributária	Estrutura Tributária	Pontuação geral
Arábia Saudita	5	0	3	2	2,50
Senegal	1	0	1,5	2	1,13
Sérvia	2	0*	4,5	3	2,38
Seychelles	5	0	3,5	4	3,13
Serra Leoa	0	0*	0	4	1,00
Singapura	5	0	4	4	3,25
Eslováquia	3	2	4	4	3,25
Eslovênia	3	0*	4	4	2,75
Ilhas Salomão	1	0	1	1	0,75
Somália	0	0*	0	0	0,00
África do Sul	2	0	2,5	5	2,38
Sudão do Sul	.	0*	0	2	.
Espanha	3	0	4	3	2,50
Sri Lanka	5	0	3,5	1	2,38
Sudão	.	0	.	.	.
Suriname	4	0	0	4	2,00
Suécia	3	0	3	4	2,50
Suíça	3	0	3	4	2,50
República Árabe da Síria	.	0	0,5	2	.
Tajiquistão	1	0*	1,5	4	1,63
Tailândia	2	2	4	1	2,25
Timor-Leste	1	0*	4	4	2,25
Togo	1	0	0	2	0,75
Tonga	.	0	4	1	.
Trinidad e Tobago	2	0	0,5	4	1,63
Tunísia	1	0	3	1	1,25
Turcomenistão	5	4	0	4	3,25
Tuvalu	.	0	.	.	.
Turquia	2	0*	4,5	3	2,38
Uganda	1	0	0	1	0,50
Ucrânia	3	4	3	4	3,50
Emirados Árabes Unidos	4	0	3	2	2,25
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	5	3	4,5	4	4,13
República Unida da Tanzânia	2	0*	0	1	0,75
Estados Unidos da América	3	0	0	4	1,75
Uruguai	2	0	3	4	2,25
Uzbequistão	2	0	1,5	1	1,13
Vanuatu	3	3	3,5	4	3,38

Tabela 2 do Apêndice Pontuação geral e componentes dos impostos sobre cigarros por país, 2024

País	Preço Absoluto	Mudança de Acessibilidade	Alíquota Tributária	Estrutura Tributária	Pontuação geral
República Bolivariana da Venezuela	.	.	4	2	.
Vietnã	1	0*	0,5	2	0,88
Iêmen	.	4	2,5	2	.
Zâmbia	2	0	0	1	0,75
Zimbábue	0	0	0,5	3	0,88

* Indica aumentos significativos na acessibilidade dos cigarros (sem “*” significa nenhuma alteração, ou uma mudança que não seja estatisticamente significativa – consulte o texto para obter mais informações).

Obs.: para pontuações gerais dos países marcadas por (.) não há dados suficientes.

Tabela 3 do Apêndice Pontuação geral de impostos sobre cigarros por país: 2014, 2016, 2018, 2020, 2022 e 2024

País	Pontuação geral					
	2014	2016	2018	2020	2022	2024
Afeganistão	0,00	0,50	0,50	0,00	.	.
Albânia	2,88	3,00	2,25	2,63	2,63	2,63
Argélia	0,63	0,88	2,25	2,63	2,00	1,25
Andorra	2,75	2,63	2,75	2,75	2,75	2,50
Angola	0,50	.	0,75	2,50	1,00	1,00
Antígua e Barbuda	0,50	0,25	0,25	0,75	0,50	1,00
Argentina	1,63	2,13	2,13	2,13	2,13	2,13
Armênia	0,75	0,88	1,13	1,88	2,13	2,13
Austrália	4,13	4,25	4,63	4,50	3,63	3,50
Áustria	3,13	3,00	2,50	2,38	2,38	2,38
Azerbaijão	0,75	3,00	0,63	0,88	0,88	1,63
Bahamas	3,63	3,50	.	2,75	2,75	2,63
Bahrein	0,75	1,25	3,88	3,75	2,50	2,50
Bangladesh	0,88	1,13	2,38	2,38	1,13	1,38
Barbados	2,38	2,63	2,13	.	1,88	1,88
Bielorrússia	0,63	0,63	0,63	0,75	0,75	1,63
Bélgica	3,50	3,25	3,25	3,25	2,88	3,88
Belize	0,63	1,63	1,50	1,50	1,50	1,50
Benim	0,75	0,75	0,75	0,75	0,75	0,75
Butão	1,75	.
Estado Plurinacional da Bolívia	1,38	1,13	0,88	0,88	.	0,63
Bósnia e Herzegovina	3,88	3,88	3,88	3,63	2,63	2,63
Botswana	2,38	2,13	2,63	3,88	2,50	2,63
Brasil	1,63	2,88	2,13	2,00	1,75	2,00
Brunei Darussalam
Bulgária	2,88	2,63	3,00	2,88	2,63	2,63
Burkina Faso	0,50	0,50	1,88	0,88	0,88	1,13
Burundi	1,38	1,38	1,38	1,38	1,38	1,38
Cabo Verde	1,00	0,75	0,75	1,50	1,63	2,00
Camboja	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50
Camarões	.	1,38	1,38	2,13	1,38	1,38
Canadá	3,00	3,13	3,75	4,00	3,00	3,00
República Centro-Africana	0,75	.	0,88	.	0,88	0,88
Chade	0,75	0,88	0,88	2,38	1,38	0,88
Chile	2,38	3,75	3,63	3,88	2,88	2,88
China	0,88	1,00	1,00	0,88	0,88	1,13

Tabela 3 do Apêndice Pontuação geral de impostos sobre cigarros por país: 2014, 2016, 2018, 2020, 2022 e 2024

País	Pontuação geral					
	2014	2016	2018	2020	2022	2024
Colômbia	1,63	1,63	2,38	3,38	3,50	2,25
Comores	1,13	0,88	1,63	1,75	1,75	1,75
Congo	1,13	1,13	2,38	2,00	0,75	1,00
Ilhas Cook
Costa Rica	3,13	2,13	2,13	2,00	2,13	2,25
Croácia	3,50	3,25	2,50	2,63	2,63	2,38
Cuba
Chipre	3,88	3,88	2,38	2,38	2,38	2,38
Chéquia	3,63	3,38	3,25	3,25	3,25	3,25
Costa do Marfim	0,50	0,88	0,75	0,75	0,88	0,88
República Popular Democrática da Coreia
República Democrática do Congo	0,75	0,50	0,63	0,88	0,88	0,88
Dinamarca	3,38	2,63	2,63	3,00	2,88	3,13
Djibouti	.	0,75
Dominica	1,25	1,25	1,25	1,25	.	2,75
República Dominicana	2,63	2,38	2,38	2,38	.	2,38
Equador	3,38	4,75	4,38	4,63	.	3,25
Egito	2,63	2,63	2,50	1,75	1,75	1,63
El Salvador	2,00	2,00	1,88	2,13	.	1,88
Guiné Equatorial	0,50	0,75	1,00	0,75	1,38	1,38
Eritreia
Estônia	3,63	2,88	2,88	3,00	3,00	2,88
Essuatíni	.	2,38	2,25	2,50	2,50	2,38
Etiópia	0,75	0,50	0,50	1,50	1,38	1,63
Fiji	1,50	1,75	2,75	2,88	2,88	1,63
Finlândia	3,38	3,38	3,38	3,75	3,75	4,00
França	3,63	3,63	3,63	3,88	3,88	3,13
Gabão	0,75	1,00	0,75	0,75	1,38	1,75
Gâmbia	2,88	2,88	3,13	3,13	2,88	2,88
Geórgia	0,88	1,38	1,63	3,63	2,13	2,38
Alemanha	2,88	2,88	2,88	3,13	2,63	2,63
Gana	0,50	0,75	0,75	0,75	0,75	1,63
Grécia	4,13	3,88	3,88	3,88	2,88	2,88
Granada	1,38	1,38	1,13	.	.	2,13
Guatemala	1,63	1,38	1,63	1,38	1,38	1,38
Guiné	.	0,50	.	0,50	.	0,50

Tabela 3 do Apêndice Pontuação geral de impostos sobre cigarros por país: 2014, 2016, 2018, 2020, 2022 e 2024

País	Pontuação geral					
	2014	2016	2018	2020	2022	2024
Guiné-Bissau	.	0,75	0,75	.	0,50	0,50
Guiana	0,75	0,75	1,75	1,50	1,50	1,75
Haiti	0,50	0,50
Honduras	2,88	2,25	1,88	2,63	2,63	2,38
Hungria	3,75	3,88	2,88	2,88	3,13	2,75
Islândia	3,50	2,50	2,50	2,38	2,38	2,38
Índia	1,13	2,38	1,63	1,75	1,50	1,50
Indonésia	1,00	1,38	1,50	2,38	1,88	2,13
República Islâmica do Irã	0,00	1,00	0,50	2,00	0,25	0,63
Iraque	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25
Irlanda	3,25	3,25	3,25	3,38	3,25	3,25
Israel	2,88	3,88	3,63	2,88	2,88	2,88
Itália	3,75	2,50	2,75	2,75	2,75	2,50
Jamaica	2,63	2,88	3,13	3,13	2,38	2,38
Japão	2,50	1,50	1,50	2,25	3,00	2,25
Jordânia	2,38	2,63	3,38	3,38	3,38	2,13
Cazaquistão	1,38	2,63	2,75	2,63	1,63	2,63
Quênia	1,13	1,63	0,88	0,88	2,25	1,00
Kiribati	2,00	1,75	1,75	1,75	2,00	1,75
Kuwait	0,50	1,00	0,75	0,75	0,25	0,25
Quirguistão	0,63	0,63	2,88	3,25	2,00	1,88
República Democrática Popular do Laos	0,50	1,25	0,50	0,50	0,25	0,50
Letônia	2,75	2,88	2,88	2,88	2,88	2,88
Líbano	1,75	1,50	0,00	0,25	0,25	.
Lesoto	2,38	.	2,13	2,38	2,38	3,50
Libéria	.	0,50	0,75	2,63	2,88	1,38
Líbia	0,50	0,50	0,25	0,50	0,00	0,25
Lituânia	2,50	2,75	2,88	2,88	2,75	2,75
Luxemburgo	3,13	2,88	2,38	2,38	2,13	2,13
Madagascar	1,88	2,13	1,88	1,63	1,63	0,75
Malawi	2,25	.	.	.	1,63	2,63
Malásia	2,50	2,75	2,88	2,75	2,88	3,13
Maldivas	1,00	1,00	1,13	1,50	1,25	1,75
Mali	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50
Malta	2,88	3,13	3,13	3,13	3,13	3,13
Ilhas Marshall	0,63	0,50	0,50	0,50	0,50	0,25

Tabela 3 do Apêndice Pontuação geral de impostos sobre cigarros por país: 2014, 2016, 2018, 2020, 2022 e 2024

País	Pontuação geral					
	2014	2016	2018	2020	2022	2024
Mauritânia	1,25	0,75	0,75	0,75	0,75	0,75
Maurício	3,88	2,63	3,25	3,13	3,88	3,13
México	3,13	2,13	2,13	2,38	2,38	2,38
Estados Federados da Micronésia	0,63	0,88	0,75	0,75	0,50	.
Mônaco
Mongólia	2,13	1,75	1,63	1,63	1,50	1,38
Montenegro	3,63	3,38	3,88	3,50	3,00	3,00
Marrocos	1,63	1,63	2,38	2,63	2,25	2,88
Moçambique	0,75	0,25	0,50	2,50	2,75	1,50
Myanmar	1,38	0,75	0,63	1,00	0,75	0,63
Namíbia	1,88	2,00	2,50	2,88	2,38	2,38
Nauru	.	1,25	1,00	1,13	1,13	1,13
Nepal	0,75	1,00	1,75	2,00	1,25	1,25
Reino da Holanda	3,88	3,88	3,13	3,00	3,00	3,38
Nova Zelândia	4,63	4,75	4,38	4,63	3,63	3,63
Nicarágua
Níger	0,75	0,88	0,50	0,50	0,63	0,50
Nigéria	0,75	0,75	0,75	1,25	1,25	2,75
Niue
Macedônia do Norte	2,13	2,38	2,88	3,38	3,63	2,88
Noruega	3,50	3,75	3,63	3,63	2,50	2,75
Omã	0,50	1,00	0,75	3,75	3,75	2,50
Paquistão	0,88	1,13	0,75	0,88	0,88	2,38
Palau	.	2,88	3,88	3,63	3,13	.
Panamá	2,38	2,13	2,13	2,13	2,63	2,38
Papua Nova Guiné	1,13	1,63	1,50	1,50	1,88	1,63
Paraguai	.	0,50	0,50	0,50	0,50	1,25
Peru	1,38	2,13	3,63	2,88	2,63	2,63
Filipinas	1,25	2,50	3,75	3,63	3,63	3,75
Polônia	4,13	3,75	2,75	2,75	2,50	2,88
Portugal	3,88	2,88	2,88	2,75	2,75	2,88
Catar	0,50	0,75	0,88	3,88	2,13	2,38
República da Coreia	2,00	2,50	2,50	2,50	2,50	.
República da Moldávia	0,88	1,13	1,38	3,13	2,50	2,63
Romênia	4,50	3,13	3,38	3,13	3,13	2,88
Federação Russa	2,63	3,13	3,38	3,75	2,13	2,38
Ruanda	0,75	1,63	1,63	1,63	1,63	1,63
São Cristóvão e Neves	1,00	1,00	0,75	.	1,00	1,00

Tabela 3 do Apêndice Pontuação geral de impostos sobre cigarros por país: 2014, 2016, 2018, 2020, 2022 e 2024

País	Pontuação geral					
	2014	2016	2018	2020	2022	2024
Santa Lúcia	2,13	2,13	1,88	2,13	1,75	2,50
São Vicente e Granadinas	1,25	1,25	1,75	1,50	1,50	1,50
Samoa	2,63	2,38	2,88	2,88	3,13	2,13
San Marino	2,38	.
São Tomé e Príncipe	0,75	0,75	1,50	1,25	1,25	1,38
Arábia Saudita	0,50	1,00	3,75	3,75	2,50	2,50
Senegal	0,63	0,88	1,88	0,88	1,13	1,13
Sérvia	3,63	3,63	3,88	3,25	2,50	2,38
Seychelles	3,13	3,13	3,13	3,88	3,13	3,13
Serra Leoa	0,00	0,00	0,50	0,50	.	1,00
Singapura	3,13	3,13	3,25	3,25	3,13	3,25
Eslováquia	3,38	3,13	2,88	2,75	2,88	3,25
Eslovênia	4,13	3,63	2,88	2,88	2,88	2,75
Ilhas Salomão	0,75	0,75	0,50	.	0,75	0,75
Somália	.	.	0,00	0,00	.	0,00
África do Sul	2,13	1,88	2,25	2,13	2,13	2,38
Sudão do Sul
Espanha	4,13	2,63	2,63	2,63	2,63	2,50
Sri Lanka	2,38	2,13	3,38	3,63	2,38	2,38
Sudão	2,00	2,00	2,00	1,75	2,25	.
Suriname	2,13	2,00	3,63	3,50	2,50	2,00
Suécia	3,25	3,00	2,75	2,75	2,75	2,50
Suíça	3,25	3,00	2,50	2,50	2,50	2,50
República Árabe da Síria
Tajiquistão	0,25	0,50	2,38	1,38	1,75	1,63
Tailândia	2,00	2,25	1,75	1,75	1,88	2,25
Timor-Leste	1,63	1,50	1,50	1,75	2,00	2,25
Togo	0,50	0,75	0,75	1,88	0,75	0,75
Tonga	1,50	3,00	3,63	3,75	2,50	.
Trinidad e Tobago	2,50	2,75	3,00	3,00	1,50	1,63
Tunísia	2,00	1,75	1,75	1,75	.	1,25
Turcomenistão	1,50	2,00	3,00	3,13	3,50	3,25
Tuvalu	0,75	1,25	1,00	0,88	2,63	.
Turquia	3,63	2,63	2,88	2,88	2,38	2,38
Uganda	0,63	0,75	0,75	1,25	1,25	0,50
Ucrânia	1,63	2,75	3,38	3,75	3,75	3,50
Emirados Árabes Unidos	0,25	0,75	3,50	3,75	.	2,25

Tabela 3 do Apêndice Pontuação geral de impostos sobre cigarros por país: 2014, 2016, 2018, 2020, 2022 e 2024

País	Pontuação geral					
	2014	2016	2018	2020	2022	2024
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	3,88	3,88	3,63	3,63	3,38	4,13
República Unida da Tanzânia	0,75	0,50	0,75	0,75	0,75	0,75
Estados Unidos da América	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	1,75
Uruguai	2,25	2,25	2,25	3,25	2,25	2,25
Uzbequistão	0,50	0,63	0,63	1,88	1,13	1,13
Vanuatu	.	2,38	2,13	2,13	2,50	3,38
República Bolivariana da Venezuela
Vietnã	0,75	0,88	0,88	0,88	0,75	0,88
Iêmen
Zâmbia	1,25	1,63	1,38	1,38	0,50	0,75
Zimbábue	1,38	2,63	1,13	0,75	0,75	0,88

Obs.: para pontuações gerais dos países marcadas por (.) não há dados suficientes.

Atualizações de Pontuação de 2022

Os países com atualizações nas pontuações dos componentes de 2022 estão listados abaixo. Dado que a pontuação geral é a média dos quatro componentes, as pontuações gerais para esses países também foram atualizadas de acordo. As pontuações são revisadas com base nas informações atualizadas nos dados do RGTE mais recente (2025) e outras fontes de dados.

Tabela 4 do Apêndice Atualizações de pontuação de 2022

Pontuação de preços de 2022 atualizada		Pontuação de mudança de acessibilidade em 2022 atualizada
Angola	Omã	Essuatíni
Botswana	Sudão	São Tomé e Príncipe
República Centro-Africana	Tunísia	Serra Leoa
Congo	Emirados Árabes Unidos	Nicarágua
Etiópia	Andorra	Santa Lúcia
Quênia	Quirguistão	Jordânia
Libéria	Romênia	Omã
Maurício	San Marino	Tunísia
Argentina	Turquia	França
Belize	Turcomenistão	Quirguistão
Estado Plurinacional da Bolívia	Ucrânia	Nepal
Dominica	Butão	Japão
República Dominicana	Japão	Estados Federados da Micronésia
Equador	Kiribati	Nauru
El Salvador	Ilhas Marshall	Samoa
Granada	Nauru	Tonga
Nicarágua	Palau	
Egito	Tonga	
Líbano	Vanuatu	
Líbia		

Pontuação de alíquota tributária de 2022 atualizada	Pontuação de estrutura tributária de 2022 atualizada
Argélia	Guiné Equatorial
Cabo Verde	Madagascar
Guiné Equatorial	Nicarágua
Madagascar	
Sudão do Sul	
Nicarágua	
Islândia	
Malásia	

